



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2018, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, conforme Edital de Convocação publicado aos dezesseis dias do mês de fevereiro, no Diário Oficial do Município de número trinta e um, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, sob a Presidência do Vereador Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto, para os Poderes Executivo e Legislativo realizarem a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do ano de dois mil e dezessete. Conforme o requerimento nº054.00004.2018, aprovado em 19 de fevereiro por esta Casa, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicação Pessoal, estão destinados à Audiência Pública da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização. A Audiência Pública é de prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2017. Declaramos aberta a audiência pública prevista no § 4º, Art. 9º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, e Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 62 A da Lei Orgânica do Município, para que os poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre. Esta audiência terá a duração de duas horas, a partir de agora às 9h35min da manhã e encerrando às 11h35min. A Mesa encontra-se composta pelo Secretário Vitor Puppi; Vereadora Julieta Reis; Vereador Cristiano Santos e por esta Presidência. Quero fazer uma observação, de que as nossas comissões permanentes estarão sendo instaladas a partir da primeira semana. Então, excepcionalmente, estarei presidindo esta audiência pública, no dia de hoje. Agradeço a presença dos representantes dos sindicatos, cidadãos, imprensa. A partir de agora solicito à Sra. Aline Bogo Diretora Contábil e Financeira para realizar a apresentação da gestão fiscal e financeira do Poder Legislativo. Então, a partir de agora será realizada a prestação de contas da Câmara Municipal de Curitiba. Na sequência abriremos para as perguntas e questionamentos.-A SRA. ALINE BOGO:- Sr. Presidente, Vereador Serginho do Posto, cumprimentando-o, estendo aos demais Vereadores desta Casa e aos membros da Comissão de Economia. Quero dar as boas-vindas ao Secretário de Finanças, Vitor Puppi e toda sua equipe, com quem sempre temos parceria lá na Prefeitura. Passou mais um ano, lembro do início do ano passado, quando vim aqui apresentar aos novos Vereadores, como Diretora do Departamento de Administração e

Finanças. Agora voltei ao meu setor de origem, que é a Diretoria Contábil Financeira. Esta audiência tem por objetivo demonstrar e avaliar as metas do terceiro quadrimestre e consolidar com os demais do exercício de 2017. Assim como determina então a nossa Lei Orgânica em seu Art. 62 e também a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000. Nosso orçamento fixado para 2017 ficou em cento e quarenta e oito milhões cento e setenta e oito mil, oito milhões a mais do que o orçamento anterior. Com esse valor, conseguimos realizar, de despesas empenhadas, cento e seis milhões duzentos e noventa e oito mil. Foram as despesas empenhadas, representando 71,51% do nosso orçamento. Dessas despesas, foram liquidadas ainda no exercício, cento e um milhões trezentos e noventa e cinco mil, e pagas cento e um trezentos e sessenta e oito. Vejam, que o valor das despesas pagas é quase igual das despesas liquidadas. Então, só deixamos como restos a pagar realmente o que ainda não foi processado, cumprindo o compromisso de pagar nossos fornecedores sempre em dia. Desse orçamento de cento e quarenta e oito milhões, se excluirmos então, o que foi executado, de cento e seis milhões trezentos e noventa e oito, temos a economia geral do nosso orçamento, em 2017, que ficou em quarenta e dois milhões trezentos e setenta e nove mil. Esses quarenta e dois milhões estão somados os trinta e cinco milhões que em outubro foram destinados à Prefeitura, que se comprometeu a utilizar com a defesa social e também a manutenção da Cidade. No início de dezembro nós transferimos mais seis milhões à Prefeitura, e ao final do mês, quando encerramos todos nossos pagamentos, mais um milhão e trezentos. Totalizando então, os quarenta e dois trezentos e setenta e nove. Além disso, devolvemos por cancelamento de restos de anos anteriores de 2017 contratos que não foram utilizados na sua totalidade. Então, restos cancelados que não estavam processados um cento e oitenta e nove duzentos e vinte e dois. Esse valor foi devolvido à Prefeitura Municipal de Curitiba. Durante os meses, conforme esse valor que recebíamos ia sendo aplicado, com seus rendimentos, também devolvíamos todos os meses o valor do rendimento à Prefeitura, para que registrasse como sua receita, totalizando no ano dois milhões, cento e cinquenta e três mil e também um valor mensal repassado em decorrência do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, que é um total de um milhão, cento e cinquenta mil. Foi fechado o contrato e mensalmente a gente vem repassando as parcelas ao Executivo, totalizando em seis meses, em 2017, cento e sessenta e quatro mil reais. Então, totalizando tudo que foi passado ao Município, no exercício anterior, temos um total de quarenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e sete mil. Do nosso gasto de cento e seis milhões, o grupo maior de despesas da Câmara é o grupo "pessoal" e "encargos sociais", representando 87% do que foi empenhado. Depois das anulações do orçamento, o orçamento autorizado ficou em noventa e sete milhões, trezentos e doze mil. Desse valor foi empenhado com pessoal e encargos sociais, noventa e dois milhões quinhentos e oitenta e nove mil, assim divididos: vencimentos e vantagens fixas, setenta e quatro milhões, trezentos e catorze; obrigações patronais, dezesseis milhões, duzentos e quarenta e quatro; indenizações, dois milhões e vinte e outras despesas de pessoal, dez mil, novecentos e oitenta e um. A despesa de pessoal, então, totalizada em noventa e dois, quinhentos e oitenta e nove. Trouxemos aqui de uma forma desdobrada nas duas ações que temos no nosso orçamento, que é a ação de manutenção da atividade funcional, parte administrativa, e também a manutenção da atividade política da Câmara Municipal. Tendo para a administração um total de quarenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e atividade política, quarenta e sete milhões, cento e vinte e oito mil. Essa despesa de noventa e dois milhões está assim distribuída, em vencimentos e vantagens efetivas. Aqui a gente já geriu toda parte de gratificações, também de vencimento por ocupação de função. Trinta e dois milhões, quarenta e quatro, quinhentos e sete. Subsídios, num total de seis milhões quatrocentos e

noventa e sete. Vencimentos dos comissionados, vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil; férias e décimo terceiro salário pagos em 2017, seis milhões, trezentos e cinco. Todas as nossas obrigações patronais, valores que repassamos todo mês ao INSS, também ao Fundo de Previdência do Município, FGTS e ICS, totalizaram dezesseis milhões, duzentos e quarenta e quatro mil. Valor com indenizações de férias e licença prêmio, a título de aposentadoria, um milhão novecentos e setenta e um mil e outras indenizações, quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e três. Um total ainda de outras despesas, que se refere também a auxílio transporte, auxílio alimentação, dez mil novecentos e oitenta e um. Isso representado num gráfico para se ter uma ideia de como está a distribuição da despesa total com pessoal, noventa e dois, quinhentos e oitenta e nove. Temos em azul os quarenta e seis milhões ali, representando os 49,78%, que são gastos com efetivos. Aqui já contando também as obrigações, indenizações, tudo incluído, já separado por efetivo, comissionado e o subsídio dos Vereadores. Comissionados, 41%, representando por volta de trinta e oito milhões e sete milhões, quatrocentos e quarenta, representando 8,36%, que são os subsídios dos Vereadores e outras despesas, num percentual bem inferior de 0,01%. Além do grupo da despesa pessoal, temos dois grupos menores, que são as despesas de capital, que temos um gasto no ano de duzentos e sessenta e cinco mil. Aqui, o principal gasto foi com projetos e início de algumas obras e também a parte de reposição de alguns equipamentos e mobiliários. Do grupo "outras despesas correntes", onde temos aqui diversas despesas com serviços, nossos contratos, que totalizaram três milhões, quinhentos e quarenta e três mil, divididos assim: benefícios assistenciais, um milhão setecentos e noventa e dois mil; material de consumo, quinhentos e setenta e quatro mil; locação de mão de obra, três milhões, seiscentos e oitenta e um mil; serviços de terceiros e pessoas jurídicas sete milhões, quatrocentos e um; e outras despesas correntes, noventa e dois mil, oitocentos e oitenta. Trazendo no gráfico essa representação, do total empenhado em 2017, de cento e seis milhões, duzentos e noventa e oito. Temos em pessoal 87%; serviços, 10.42%; valor de 79% em bens; e 1.77% de outras despesas. O valor gasto em 2017, quando tratamos do assunto viagens, totalizando com diárias, passagens e hospedagens, trinta e dois mil, setecentos e noventa e sete, sendo um total para os gabinetes de vinte e oito mil e vinte e nove; e para os servidores, quatro mil, setecentos e sessenta e oito. Esse foi o total gasto em 2017 com viagens. A fim de cumprir também o que determina o Art.62, que pede que se demonstre toda a despesa empenhada, como não é possível trazer todos os empenhos, trouxemos então os principais contratos que a Câmara tem, quanto foi liquidado em 2017. Valor gasto com a Sanepar, noventa e seis mil, oitocentos e nove; um contrato de clipping, sessenta mil, novecentos e quatro; energia elétrica, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte e um; um contrato com a empresa Interativa de locação de impressoras, trezentos e treze mil, oitocentos e oitenta; contrato de integração de bolsas de estagiários, com o CIEE, setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro; dois links de Internet, um com a OI e outro com a Claro, totalizando cento e setenta e três mil; locação de equipamentos telefônicos com a empresa Tricorp, duzentos e sessenta e seis mil; locação de veículos com a empresa Locadora de Veículos Santa Cruz, um milhão, cento e quarenta e cinco mil. Manutenção de bens móveis: aqui temos alguns contratos, e o mais importante é com a Empresa Paranaense de Climatização; Empac, além de contratos com manutenção de elevadores, bombas, catracas, totalizando novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e dois. Manutenção de software com a empresa Elutec, duzentos e setenta mil, duzentos e sessenta e sete; serviços de postagem com o Correio, noventa e oito mil, duzentos e sessenta e oito; e o valor gasto com telefone, em 2017, cento e dez mil, seiscentos e setenta e três. Em relação ao serviço de terceirização de mão de obra, nós temos contratos com duas empresas, a Higiserv,

que atende toda a parte de limpeza e copa, totalizando um milhão, cento e quarenta e quatro mil, no exercício de 2017, e também atende a recepção e os controladores de acesso, totalizando quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa. E outro contrato com a empresa Embrasil, de vigilância, que totalizou um milhão, novecentos e quarenta e sete mil. Em 2017 finalizou o contrato com a empresa Fiel, e na licitação que houve entrou a empresa Embrasil. São essas duas empresas que totalizam o valor liquidado. Contratos com aquisição de materiais: nós temos aqui material de higiene, copa e cozinha num total de cento e sessenta e quatro mil; e um gasto com combustível de duzentos e oitenta e quatro mil, em 2017, lembrando também que nós mudamos a forma de operar esse tipo de despesa, não tendo mais contratação com o posto, mas sim com uma empresa que administra um cartão. As liquidações referentes as obras que foram iniciadas em 2016 e concluídas em 2017: com o sistema de ar condicionado, um milhão, duzentos e noventa e nove mil; e a obra de acessibilidade, duzentos e trinta e nove mil, setecentos e oitenta e seis. Aqui nós trouxemos algumas fotos das realizações que ocorreram em 2017: o sistema todo de ar condicionado, a obra de acessibilidade, que instalaram as duas plataformas. Nós iniciamos, em 2017, o sistema da SPDA, proteção de descargas atmosféricas, a instalação de para-raios com todo aterramento. Ocorreu também em 2017 a pintura de várias salas e também a transferência da Procuradoria Jurídica do Anexo IV para o prédio em L, além da transferência da Controladoria do Legislativo, que veio para esse anexo mais perto dos Vereadores, a Seção de Anais também mudou de sala e foi reformada e houve pinturas em diversos gabinetes. Cumprindo então o que determina a lei e demonstrando como foi o atingimento das metas do exercício de 2017. De acordo com a Constituição temos um limite de gasto de 70% da receita com folha de pagamento. Entendemos que essa receita - e assim o entende o Tribunal de Contas também - que seria receita que a Câmara teria direito em 2017, apesar do nosso orçamento ser de cento e quarenta e oito milhões, ele poderia ter chegado ao limite de 4,5% da receita de impostos de transferências do Município, que totalizariam cento e oitenta e um milhões, oitocentos e dez. A despesa de pessoal com folha de pagamento, excluindo as obrigações patronais, totalizou setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, representando então 51,31% do orçamento e representando 41,99% da receita total, onde o limite é de 70%. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, trouxe aqui os anexos que publicamos final do mês de janeiro, e essa lei determina que o limite de gastos com pessoal do Município é de 60% sendo que o limite do Legislativo é de 6%. Então, de acordo com nosso relatório, a despesa líquida com pessoal, a despesa líquida de janeiro a dezembro e pessoal, ficou em noventa milhões, quinhentos e sessenta e nove mil. Aqui, excluimos de acordo com as regras de elaboração do relatório as despesas de indenizações de um milhão, quinhentos e trinta e seis e quinhentos e cinco. Então, a nossa despesa líquida fechou em noventa milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, representando 1,53% das receita corrente líquida que é apurada pelo Município de Curitiba. Essa receita, ajustada depois da dedução do Fundo de Urbanização de Curitiba, totalizou cinco bilhões, novecentos e três milhões. Aqui, trouxemos como seriam essas metas, os limites estabelecidos pela LRF Federal e também pela LRF Municipal, um limite máximo de 6% e um limite de alerta ali que seria inferior, de 5.4%, mas estamos com um valor bem abaixo, ficando então com 53%. Em relação ao relatório de disponibilidade de caixa e demonstrativo de restos à pagar ficamos com a disponibilidade total, ao final do exercício de cinco milhões, cento e oitenta mil. Desses valores vinculados temos apenas mil e setenta e nove, o restante são recursos livres. Se considerarmos as obrigações financeiras de cento e setenta e sete mil, setecentos e quarenta e dois, temos uma disponibilidade líquida de cinco milhões, zero zero dois. Que é o mesmo valor que totalizou os nossos restos à pagar não processados. Então, como o valor ficou igual, vemos que o valor de

empenhos liquidados cancelado por insuficiência de saldo é zero, porque o saldo que ficou em conta é exatamente o saldo que temos de restos à pagar. Essas obrigações financeiras, no próximo slide, estão assim distribuídas: restos liquidados de exercícios anteriores de vinte e dois mil, setecentos e quarenta e três e do exercício de 2017: cento e vinte e seis mil, oitocentos e dezenove e restos não liquidados de exercícios anteriores: vinte e sete mil e quatrocentos, e ainda o valor de depósitos restituíveis de um mil e setenta e nove, que são os recursos vinculados.- O Vereador Goura solicitou verificação de quorum.- O SR. PRESIDENTE: De imediato, Vereador.- O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Vereadores para a verificação de quorum.- Houve quorum para a continuação dos trabalhos.- A SRA. ALINE BOGO:- Concluindo então, só vou trazer um gráfico, a título de comparação, de um histórico dos últimos cinco anos do nosso orçamento e também da nossa despesa, onde temos de 2013 até chegar a 2017. Começando lá em 2013, um pouco mais de cento e vinte milhões e finalizando em 2017 cento e quarenta e oito milhões. A despesa total, temos em 2017 cento e seis milhões, uma despesa que ficou em um milhão a mais do que a despesa em 2015 e bem abaixo da despesa de 2016 e também a despesa de pessoal, que seguia o mesmo padrão. Foi uma despesa que regrediu em relação ao exercício anterior, ficando ainda abaixo do exercício de 2016. Um comparativo da economia, um valor não utilizado nos últimos cinco anos, onde temos a partir de 2013 um crescimento. Em 2016 houve uma regressão na economia, a despesa foi maior, e em 2017 então, onde conseguimos atingir quarenta e dois milhões de economia no nosso orçamento, um valor que ficou bem acima. Em relação a essa economia, foi um trabalho exaustivo da nossa Comissão Executiva, nosso Diretor Geral e outras diretorias para que conseguíssemos conscientizar todos os servidores. E fomos buscar junto aos fornecedores negociação de alguns contratos, e também nas nossas licitações conseguimos uma redução dos principais contratos, da locação de veículos, onde pagamos um valor inicial mensal, em janeiro, de noventa e nove mil, oitocentos e sessenta e seis, hoje pagamos setenta mil, duzentos e quarenta e cinco. Serviços de limpeza, conservação e controle de acesso: pagávamos cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e sete. Hoje pagamos cento e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e sete. Serviços de vigilância: Pagávamos cento e setenta e seis mil, hoje pagamos cento e trinta e nove mil e quinhentos. Serviços com o Correio, em janeiro nós trabalhávamos com a distribuição de selos e tivemos uma compra de cento e oitenta e oito mil e setecentos, e durante o ano tivemos um gasto de noventa e oito mil para o ano inteiro, então, representando uma média mensal de oito mil e novecentos por mês, uma redução de 95%.- O SR. PRESIDENTE:- Só uma observação. É importante frisar que nesses serviços postais mudamos a forma de postagem e ela passou a ser chancela ao invés de selos. A economia chegou nesse número. Perfeito.- O SRA. ALINE BOGO:- Continuando então, trouxe aqui um gráfico representando qual seria a receita limite que a Câmara poderia atingir em 2017, cento e oitenta e um milhões oitocentos e dez mil, sendo que nosso gasto representa então 58,52% dessa receita total, que foram os cento e seis milhões empenhados. A economia referente a esse orçamento limite, esse orçamento de 41.48%. E, finalizando, no próximo gráfico, a economia em relação ao orçamento aprovado para 2017, que ficou em cento e quarenta e oito milhões cento e setenta e oito mil, onde tivemos uma economia de 28.49% do orçamento. Muito obrigada!- O SR. PRESIDENTE :- Agradecemos. Convido a Aline para compor a Mesa. Vou abrir para as perguntas dos Vereadores. Primeiro passaria à Comissão de Economia e Finanças, gostaria de agradecer ao trabalho que foi realizado por esta comissão na presidência do Vereador Thiago Ferro, como seu vice, Vereador Mauro Ignácio; Bruno Pessuti; Dr. Wolmir; Sabino Picolo; Mauro Bobato; Paulo Rink; Ezequias Barros; Professora Josete. Queria agradecer a esta comissão pelo trabalho que desempenharam durante

o ano de 2017. Passo a palavra aos membros da comissão, na sequência, abro aos Vereadores e convidados que queiram participar e qualquer esclarecimentos que queiram com a diretora. Deixo aberto as inscrições aos membros da comissão de 2017. Concedo a palavra ao Vereador Thiago Ferro. - Thiago Ferro:- Obrigado Aline pela apresentação, quero apenas enfatizar o empenho, o trabalho de toda equipe, na Economia e Finanças. A minha pergunta é específica: na economia de noventa e nove mil para setenta mensal, na locação de veículos, como conseguimos esta economia aqui na Câmara Municipal? Então, temos um gasto mensal de setenta mil reais com alocação de carros. Só queria entender como é que conseguimos fazer economia e também de 95% no serviço postal? Muito obrigado!- O SR. PRESIDENTE:- Vai ser um bloco de três Vereadores e a Aline responderá aos demais. Concedo a palavra a Vereadora Professora Josete.- Professora Josete:- Bom dia a todos! Quero cumprimentar a Aline, que sempre traz os dados de forma clara e objetiva. É mais uma dúvida em relação ao contrato com os Correios. Acho importante a economia, temos que buscar isso, mas de forma eficiente. Gostaria de saber se há possibilidade de rever no contrato, alguns aspectos que tivemos dificuldades, no sentido de que, agora é chancela e não mais o selo? Antes esse trabalho era executado nos Correios, de dobra de material, enfim, e hoje temos uma dificuldade em relação aos servidores desta Casa, acho que não está muito bem definido isso. Há a possibilidade de rever no contrato esse trabalho de dobra, que foi uma dificuldade que tivemos? Normalmente, fazemos informativos a cada três, quatro meses e buscamos guardar esse recurso, entre aspas, esse serviço por quatro meses, no sentido de poder, depois enviar um número maior de correspondências. Então, se há possibilidade de rever algumas cláusulas desse contrato, no sentido de dar agilidade? Ficamos algumas semanas tentando ver quem faria esse serviço o ano passado. Então, acho que é importante o contrato, acho que temos que economizar, mas também tem que garantir que esse trabalho seja eficiente. Então, é nesse sentido que eu gostaria de fazer esse questionamento.- O SR. PRESIDENTE :- Perfeito! Eu até vou pedir ao Diretor Geral, nos próximos dias na reunião do colégio de líderes, voltemos a debater esta situação que a senhora nos coloca. Todos os Vereadores tem a sua quota que são quotas acumulativas, mas verificamos junto ao contrato, ao diretor e ao DPSA agora temos novo diretor. De que forma que poderá ser feita esta sua observação? Neste caso, acredito que a Aline, não sei se quer complementar, mas eu deixaria para uma reunião de colégio de líderes, nesse sentido, para que busquemos junto ao Diretor Geral e ao Patrimônio da Câmara, de que forma esses serviços podem ser disponibilizados aos gabinetes? Eu entendi o que a senhora colocou que é justamente a dobra da mala direta. Neste sentido! Perfeito. É isso? Ok, Vereadora. Encerrando a fala dos Vereadores da Comissão de Economia, concedo a palavra à Vereadora Noemia Rocha.- Noemia Rocha:- Muito obrigada, Presidente. Parabéns, Aline, que está sempre trazendo as informações em relação à Câmara Municipal. Aline, pelo o que entendo você era Diretora Administrativa. Não temos um diretor administrativo no momento, mas vou me referir a esta pergunta, talvez você possa responder: Nós estamos observando muita economia, isso é muito bom. Tem uma crítica aqui de devolver para a Prefeitura da forma como está sendo devolvida, mas entendo que é uma questão da Mesa. A gente já fez umas devoluções pautadas em ações da Câmara como o transporte coletivo e os hospitais, e que deram um efeito muito importante da participação da Câmara. E a minha preocupação também é de devolvermos muito e aí a Prefeitura entender que têm que diminuir, parece-me que já diminuiu, era 4,5% e agora está bem menos. Mas minha pergunta é, eu me preocupo também com o plano de carreira dos servidores aqui desta Casa: Temos condições, temos recursos para fazermos este plano, para eles terem também vale-refeição? Todos os direitos que cabem aos servidores eu gostaria de saber, para que a gente possa também fomentar, nesta Câmara, e atender os servidores que tão

bem nos atendem aqui. É uma curiosidade que me surgiu agora em relação aquele contrato na mudança do Itaú, se não me engano, para a Caixa Econômica no valor de um milhão e meio, como está sendo trabalhado esta questão, esses valores? E perguntar quando é que vamos ter um diretor administrativo na Casa? Acho que a resposta cabe ao Presidente. Muito obrigada. Ah, e parabenizar essas economias, os últimos cinco anos tivemos superavit, acho que é muito importante esta questão aqui na Casa e foi já explicada a mudança dos selos, 95% acho muito importante, entre outras economias. Mas parabenizar o seu trabalho e parabenizar todo o trabalho da Câmara Municipal de Curitiba. Muito obrigada.- A SRA. ALINE BOGO:- Primeiramente ao Vereador Thiago Ferro, quero agradecer as suas palavras, parabenizar por todo o trabalho frente à Presidência da Comissão de Economia. E em relação à sua pergunta, de como foi feita economia no contrato com a locadora de veículos, além de que houve devolução de uma van que era pouco utilizada na Câmara, que era o carro que custava mais para a Câmara, houve também a devolução de outros dois carros. Então, agora estamos com um total de quarenta e oito carros. E também uma negociação com a empresa que ela não trocou uma frota por uma frota nova e conseguiu com isso reduzir o valor do contrato. Foram a diminuição dos carros, a devolução da van e a renegociação com a empresa. E em relação ao contrato com o Correio, até 2016 nós tínhamos um contrato de aquisição de selos. A partir de 2017, junto com a Comissão Executiva, foi mudada a forma para que fosse contrato de chancelas, através de carimbos. Então, foi um trabalho novo, nós começamos em 2017 e com isso nós reduzimos bastante o consumo, porque aí os selos não ficam mais estocados no almoxarifado como às vezes acontecia e só se paga efetivamente o que já foi enviado. Cada Vereador envia a sua cota e no final do mês vem a fatura para ser paga, uma redução de 95% desta forma. Em relação à Vereadora Professora Josete, acho que o Presidente já respondeu. Só complementando que nós tentamos em 2017 fazer um aditivo com o Correio para tentar resolver alguns problemas, mas tivemos alguns entraves na questão do objeto do contrato, o que dificultou um pouco, mas agora em 2018 nós vamos retomar esse assunto. Mas na época que aconteceu, acho que os servidores da Câmara deram todo o suporte para que pudesse ser feito e resolvido o problema do envio da mala direta. Em relação a pergunta da Vereadora Noemia Rocha sobre o plano de carreira.: Nós temos os nossos limitadores em relação à despesa de pessoal, estamos dentro de todos eles. Nós teríamos uma folga, mas a elaboração de um plano realmente demanda de contratação de uma empresa para fazer um estudo ou criar aqui mesmo dentro da Câmara uma comissão para fazer esse estudo, só depois é que isso vai resultar, não sabemos se numa economia ou num gasto. Mas estamos dentro de todos os nossos limites, não estamos em situação de alerta em nenhum dos limites quanto à despesa de pessoal. Em relação ao contrato da Caixa, houve um processo de venda da folha de pagamento, é um serviço em que a Caixa faz todo o gerenciamento dos pagamentos dos salários da Câmara e para ter esse serviço ela se comprometeu com um valor de um milhão cento e cinquenta mil reais, isto em quarenta e duas parcelas. Então, mensalmente nós recebemos e imediatamente já transferimos esse valor para que entre como uma receita para a Prefeitura Municipal de Curitiba.- Noemia Rocha:- Aline, só mais uma questão. O equilíbrio entre servidores efetivos e comissionados. Está dentro do equilíbrio da indicação do Ministério Público? A SRA. ALINE BOGO:- Nós mostramos no gráfico que financeiramente existe um equilíbrio. Vemos que praticamente 50% são servidores efetivos e os outros 50% são vereadores e comissionados. Então, financeiramente os comissionados estão num valor inferior aos efetivos. O SR. PRESIDENTE (Toninho da Farmácia):- Com a palavra o Vereador Serginho do Posto.- SÉRGIO BALAGUER- Eu gostaria de complementar algumas informações na qualidade de Presidente desta Casa. Fazer algumas reflexões e salientar outras. Eu falo em nome

da Mesa e este ano que passou pudemos administrar este Legislativo. Então, alguns pontos que gostaria de salientar aos colegas Vereadores, que acho que eles vem observando em cada quadrimestre que nós prestamos contas, quais foram os avanços e o que foi possível fazer. Eu queria começar por esse repasse da Caixa Econômica Federal de hum milhão cento e cinquenta mil reais. A Caixa Econômica Federal por ser um banco público nós entendemos que ela poderia administrar o dinheiro público. Nós tínhamos um banco aqui que há nove anos não tinha contrato com esta Câmara. É um absurdo uma Câmara não ter um contrato com um banco que dispõe um serviço bancário. Isto é um absurdo! Isto tem que ser relevante! Nós fizemos com a Caixa Econômica Federal, sendo que essa transferência de hum milhão cento e cinquenta mil reais está sendo revertido para a população. Esse dinheiro não fica no caixa da Câmara Municipal, ele é revertido para a Prefeitura Municipal para atender a população. Hum milhão cento e cinquenta mil reais num contrato de sessenta meses, porque a nossa folha passou a ser operada pela Caixa Econômica Federal. É importante salientar e deixar transparente as nossas ações. Um outro ponto de vista. Os benefícios a todos os servidores: em momento algum deixamos de atendê-los. Todas as evoluções os servidores receberam, não está em pauta o vale-refeição dos servidores da Câmara Municipal de Curitiba ainda, não tivemos a oportunidade de debater esse tema. Por mais que tenhamos uma grande economia, esta questão não está em pauta. Eu também não sei se existe lei específica que obrigue a Câmara a pagar vale-refeição. Eu não estou descumprindo a lei, é importante deixarmos transparente que entre cumprir a lei e não cumprir há uma distância muito grande. Nós não estamos descumprindo leis aqui nesta Casa, isto eu quero deixar transparente. Todos os contratos, fizemos um esforço muito grande com os fornecedores para que tivéssemos êxito. E aqui eu quero fazer um elogio a todos os servidores desta Câmara no sentido de que alguns parâmetros, alguns processos que tínhamos nesta Câmara tivessem uma nova postura e um novo alinhamento. Quero salientar e agradecer ao Nilton Cordoni, que é o nosso Diretor Geral, juntamente a todos os diretores que fizemos um esforço muito grande com todos os servidores desta Casa para que chegássemos ao objetivo da economicidade, um dos princípios da administração. Estamos também avançando na transparência. Esta Casa tem tido transparência com todos os atos. Não existe nenhum ato que não seja divulgado nesta Câmara através de Diário Oficial. A Mesa faz questão de ressaltar isso. Quero frisar e deixar claro às pessoas. Estamos chegando a um ano à frente da presidência desta Câmara e da Mesa desta Casa com algumas questões. Temos recebido elogios até do Ministério Público! Até do Ministério Público! Esta Câmara foi elogiada, os servidores desta Câmara foram elogiados pelo Ministério Público pela forma que vêm tratando os editais de licitação. Fomos questionados por fornecedores que perderam licitações e o Ministério Público disse bem claro, "a Câmara cumpre a Lei 8666 de forma rigorosa". E aqui vai um elogio a todos os servidores que ajudam a fiscalizar e fazer a gestão do contrato porque quem faz a gestão dos contratos de terceirizados desta Câmara são os servidores da Câmara, isso também a população precisa saber. A responsabilidade que têm os servidores. Quero fazer um elogio e parabenizar a todos os servidores. É um ponto em que temos evoluído muito. Vários aspectos também tivemos em reposicionar a forma de procedimento e buscar essa economia porque o serviço não foi paralisado. Não prejudicamos em nenhum momento o trabalho legislativo e também, em momento algum o trabalho administrativo foi cerceado ou não foi executado. Tivemos um planejamento que no primeiro ano essa economicidade se daria por meio dessas revisões contratuais, nesse segundo ano de gestão estamos evoluindo em alguns compromissos que temos com órgãos de controle, que são investimentos. Quero destacar o sistema de acessibilidade: o corpo de bombeiros nos exige algumas normas que estamos cumprindo, como foi agora a instalação dos para-raios que

eram exigidos. Este é um prédio histórico, fizemos a adaptação, então estamos cumprindo. É uma meta que estamos tentando atender. É lógico que em dois anos não vamos, talvez, chegar no que a gente queria, mas quero dizer a todos, avançamos na transparência, todas as nossas obrigações patronais, fiscais estão em dia com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com a Receita Estadual, com a Receita Federal, com o INSS, com todos os fiscos que estamos sujeitos a fiscalização, e com o Município. Então, eu queria dizer aos colegas que é um esforço muito grande. Queria agradecer a todos os Vereadores que compreenderam essas mudanças que fizemos no dia a dia da Câmara e agradecer aos servidores que colaboraram para que tivéssemos êxito nesses objetivos e metas que atendemos no primeiro ano. Era importante eu frisar e salientar isso. Quero parabenizar a Aline, que tem feito um excelente trabalho frente a sua diretoria, e a todos os diretores que também, no dia a dia, criaram uma condição para que pudéssemos chegar a esses resultados. Não me delongando mais, eu precisava fazer essa explanação, essa reflexão para os senhores entenderem, a população que acompanha esta Casa, que estamos dentro dos limites. Não há desequilíbrio entre funcionários e comissionados. Os funcionários representam 49% do custo, os comissionados, por ser um número maior, representam 41% dos custos. Não há desequilíbrio. O Ministério Público foi informado na gestão anterior de que existia o quantitativo maior, passamos de trezentos comissionados. Porém, no equilíbrio fiscal e financeiro estamos abaixo. Então, o comissionado não ultrapassa. Diferente de outras casas. Não quero citar nomes, mas vou dar sempre o exemplo do Congresso Nacional. A Câmara é muito diferente do Congresso Nacional. Quero deixar muito claro isso para todos os colegas e comunidade presentes. Não é possível nós termos essa comparação. Estamos fazendo um esforço muito grande para que esta Casa tenha o respeito que merece da população. Talvez, não tenhamos motivo para orgulhar o cidadão, mas não queremos envergonhar qualquer cidadão. Esta Câmara é maior que todos os problemas que ela tem. Isso temos que deixar claro. Era isso que eu queria falar, agradecer a todos, parabenizar os Vereadores pela compreensão, agradecer aos servidores pela colaboração. É isso que eu tenho a dizer nesse primeiro ano frente à Presidência desta Casa. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE (Toninho da Farmácia):- Temos mais um Vereador inscrito. Com a palavra o Vereador Geovane Fernandes.- Geovane Fernandes:- Sr. Presidente, quero cumprimentar o Secretário Vitor Puppi e a Aline. Indo na linha do nosso Presidente Serginho do Posto, acho que tem que ficar bem claro para a população: estamos economizando, economizando e economizando, que é o correto. Mas talvez não chegue para a população, da gestão 2013 a 2016 e da gestão 2017 até o momento, o que esta Casa economizou, para onde esta Casa mandou os recursos e quais os valores desses recursos. Então, gostaria de um breve comentário, pode ser até do próprio Presidente, do que a Câmara Municipal de Curitiba já transferiu para a Prefeitura em valores. Isso eu acho que teria que chegar até a população. Porque talvez a população não tenha conhecimento do que a Casa já economizou e transferiu para a Prefeitura, Sr. Presidente.- SÉRGIO BALAGUER:- Os números vou pedir para que a Aline nos ajude. E quero fazer um comentário, Vereador Geovane Fernandes, obrigado pela pergunta, dizer que o gráfico aponta os últimos cinco anos, e o ano passado foi a maior economia que tivemos dos últimos cinco anos. Os recursos nós devolvemos aos cofres da Prefeitura, que é o Executivo. Constitucionalmente temos que fazer. A aplicação dos recursos, segundo a Prefeitura, e acredito que o Secretário poderá no momento oportuno informar, foi direcionado à Defesa Social uma parte, ao Meio Ambiente outra parte, e outra parte à infraestrutura da Cidade. Então, os quarenta e dois milhões acredito que foram dessa forma distribuídos dentro do Executivo. É isso que eu posso dizer ao Vereador. Agradeço pela pergunta. E a nossa meta da economicidade é tentar mantê-la. No entanto, alguns investimentos não

estamos deixando de fazer, principalmente no trabalho inerente aos mandatos e ao funcionamento desta Casa. Então, queremos o funcionamento pleno, como vem acontecendo. Não há nenhum problema na área administrativa que não tenha sido executado por falta de qualquer recurso e, também, o Legislativo não deixou de trabalhar por falta de qualquer recurso. Mas as dificuldades do dia a dia temos buscado e estamos tentando superar, Vereador. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE (Toninho da Farmácia):- Passamos a palavra ao Vereador Goura. - Goura:- Muito obrigado, Presidente Toninho da Farmácia. Faço uma saudação ao Secretário Vitor Puppi, à Aline, parabenizando-a pela apresentação. Só um questionamento, Aline, com relação à previsão orçamentária da Câmara. Temos um gráfico que foi apresentado, e me corrija se eu estiver equivocado, onde outras despesas, na questão de formação, e eu questiono especificamente o orçamento previsto para a Escola do Legislativo, que acho que a Câmara Municipal tem uma Escola que, no meu entendimento, está sendo subutilizada, pelo potencial que temos de formação política, a necessidade mesmo de formação política aqui dentro e para fora. Então, Presidente Serginho do Posto, faço aqui esse questionamento. Também, aproveitando o gancho que o Vereador Geovane Fernandes colocou, dos restos que são devolvidos à Prefeitura, acho importante que tenhamos o debate sobre, novamente, né, porque já foi feito em outras Legislaturas, a construção de uma nova sede, de um novo Parlamento. Acho que não podemos passar, e peço, Presidente, que a Mesa tenha esse debate, essa construção, e que na sua chefia aqui na Mesa possamos sair com algum encaminhamento. Acho que precisamos ter um Parlamento que acolha a população e que cada vez mais as pessoas estejam presentes acompanhando aqui as Sessões. Por fim, novamente reforço um pedido da Vereadora Professora Josete, de muito tempo, que é de concurso para as comissões, de servidores, de assessoramento às comissões para auxiliar os trabalhos dos mandatos aqui. Então, mais uma vez agradeço e deixo aqui minhas saudações. A SRA. ALINE BOGO:- Primeiramente, ao Vereador Geovane Fernandes em relação aos valores. Nós tínhamos até 2016 o FEC, o Fundo Especial da Câmara, então, a economia que nós fazíamos do nosso orçamento era depositada nesse fundo, então, 2013, 2014, 2015, a economia, ao final do exercício, foi para ao fundo. Com exceção dos valores que foram anulados no nosso orçamento e foram disponibilizados para o Município, se não me engano, teve um exercício que foram dez milhões, que ajudou na questão da transporte coletivo, outro exercício foram onze milhões, destinados à Saúde. Mas em 2016, juntando toda economia do fundo, nós devolvemos cinquenta e nove milhões ao Executivo. Esse ano foram mais quarenta e cinco, se nós considerarmos todos os rendimentos e todas as devoluções. Juntando, então, desde 2013 passou de cem milhões o valor que nós devolvemos à Prefeitura Municipal.- O SR. PRESIDENTE (Sérgio Balaguer):- Eu queria fazer um complemento, Vereador, só uma observação. Na gestão anterior, no Executivo anterior, nós tínhamos um limite de repasse e a Prefeitura repassou para esta Câmara menos do que a Constituição determina, só para os senhores entenderem. Nós recebemos um valor menor na outra legislatura do que a Legislação determina. Eu acredito que, no total, com essas transferências não realizadas para a Câmara, com as economias e devoluções, do dinheiro do fundo que estava em lei específica a construção desse prédio, que nós fizemos a devolução no ano passado, não foi nessa gestão, foi na gestão anterior, nós tínhamos e eu acredito que com tudo isso a gestão anterior teve uma devolução de mais de cento e cinquenta milhões. Eu gostaria de fazer uma pergunta à gestão anterior, para onde foi esse dinheiro também? Fica a pergunta. A Câmara devolveu e a população acredito que não sabe para onde foi. Então, fica aqui uma reflexão para que tenhamos uma resposta de onde foi aplicado também, de forma concreta, eu gostaria de fazer essa reflexão. Quanto à Escola do Legislativo, Vereador Goura, nós colocamos na pauta do Colégio de Líderes na

semana passada, acho que V. Exa. participou, que nós estamos repensando de que forma que ela vai atuar. Ela foi feita através de lei e o funcionamento dela talvez não esteja atingindo seus objetivos, mas podemos fazer uma reflexão, tem algumas pautas que eu acredito que são pautas internas, que nós conversamos com os Vereadores a respeito dos veículos que utilizam, quero deixar claro a todos os colegas, não será retirado o veículo nesses próximos dias, é importante frisar que nós temos um contrato com a empresa e nós temos que cumprir esse contrato, eu não posso fazer a devolutiva, talvez algum Vereador tenha entendido errado, quando vencer o contrato dos veículos nós vamos novamente conversar para ver de que forma nós vamos atuar com essa locação. O que nós fizemos com essa empresa que fornece os veículos é uma redução de quase 30% no contrato, saindo de noventa e cinco para setenta mil. No entendimento de todos os Vereadores de que poderiam manter a mesma frota da gestão anterior, ou seja, Vereadores que assumiram agora e receberam veículos já utilizados com sessenta, setenta mil quilômetros de uso, então, os Vereadores receberam e entenderam que poderiam utilizar aqueles veículos. O contrato está em vigência. No ano passado nós reformulamos e baixamos o valor do contrato e então esse serviço está sendo disponibilizado a todos os Vereadores. Com exceção do Vereador Euler, que fez a devolução, porém, a Câmara não pode devolver porque o contrato não aceita devolução, o veículo está parado, mas ele fez a devolução formalmente a esta Mesa, nós recebemos a devolutiva, porém o veículo está aí. Então, só para deixar claro aos Vereadores, nesse momento o contrato está em vigência. Então, esse veículo continua a disposição de todos os Vereadores, talvez, alguém tenha uma informação desencontrada, já que não foi falado isso em reunião, mas quero deixar claro aos Srs. Vereadores que o contrato com a empresa, salvo engano, vai até maio. A partir daí vamos pensar de que forma será disponibilizado esse serviço aos Vereadores. Então, só para deixar claro, transparente, como nós estamos tratando isso. Eu quero encerrar por aqui, porque nós temos uma pauta com o Secretário, que é importante. Com a palavra o Vereador Ezequias Barros.- Ezequias Barros:- Realmente nós temos economizado nesta Casa. O carro que peguei é praticamente novo, não tem problema nenhum, a renovação do contrato é importante. Entendo que nós temos que pensar e não deixar que a nova licitação aconteça no final dessa para que não fiquemos sem o veículo para atendimento. Acho isso importante, que não se dixe acontecer como aconteceu em 2014, onde ficamos três, quatro meses, sem veículo na Casa. Então é importante ver isso antes do final do contrato. O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. O Diretor Geral tem acompanhado juntamente com os Diretores essa questão do vencimento do contrato. Mas no momento oportuno colocaremos em pauta com os Vereadores esse tema. Obrigado, Vereador Ezequias. Para encaminhamento final, com a palavra a Diretora Aline Bogo.- A SRA. ALINE BOGO:- Só complementando a questão da Escola que é sempre separado o valor do orçamento. Quando elaboramos a LOA, sempre separamos o valor para a Escola do Legislativo, o valor do orçamento, mas a Câmara tem um único ordenador da despesa, então, ela não pode gastar independentemente do restante da Câmara. Tudo que a Escola for utilizar tem que entrar na programação normal de compra e licitações, apesar de ter um orçamento destinado para ela. Quero agradecer a atenção de todos os Srs. Vereadores, o apoio que recebi, tanto quanto a Comissão Executiva. E agradecer também aos meus colegas que estão aqui, porque sem eles não seria possível fazer esse trabalho: Diretor de Licitações - Roberval; Diretor de Patrimônio - Charles Antoniacomi; Ana Cláudia - Diretora de Administração e Recursos Humanos; também ao nosso Diretor Geral - Nilton Cordoni. Muito obrigada!- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço! Quero fazer um registro das presenças do Assessor do Secretário - Caio Zerbato; Roberval Donizete Moreira - Diretor de Licitações; demais diretores presentes; Roberto Prebianca - Diretor de Assuntos Sindicais do Sigmuc; Patrícia Portz - Assessora do

Secretário; também à Comissão de Economia desta Casa, em nome da Cristina Fonseca, Gilmar Correa; Adroaldo Castanho e Elis Bianca Azevedo. Também registrar a presença de Ivonei Carlos Koakoski - Presidente do Sinfisco; Alisson Matos - Diretor Geral do Sinfisco; Cátia Regina de Almeida - Direção do Sismuc; Rejane Soldani Sobreiro - Diretora Financeira; Roberto José Kuss - Vice-Presidente do Sismuc. Agradeço a presença de todos e da imprensa que acompanham. Neste momento nós passamos a palavra ao Secretário Vitor Puppi para que faça a sua apresentação das metas fiscais e contábeis do Executivo. Obrigado Diretora Aline Bogo e em seu nome cumprimento a todos.- O SR. VITOR PUPPI:- Exmo. Sr. Presidente Serginho, em nome de quem eu cumprimento os demais Membros da Mesa; Exmos. Srs. Vereadores e Exmas. Sras. Vereadoras; Servidores; Servidores da Secretaria de Finanças do Município; Servidores desta Casa; demais presentes. Eu queria iniciar cumprimentando o Presidente e a Diretora Aline pelo trabalho. Eu comentava, rapidamente, com o Presidente que não é fácil transmitir um poder executivo, assim como o chefe do Poder Legislativo, sempre têm dificuldade de transmitir a verdadeira situação - O Sr. Toninho da Farmácia:- Sr. Presidente, para requerimento à Casa. (Assentimento). Gostaria de pedir verificação de quórum.- O SR. PRESIDENTE:- Peço escusas ao Secretário. De imediato acato o requerimento verbal do Vereador Toninho da Farmácia, que solicita verificação de quórum. Srs. Vereadores registrem suas presenças.- A SRA. 3ª SECRETÁRIA:- (Realiza verificação de quorum, registrando as presenças dos Srs. Vereadores: ver Ata).- O SR. PRESIDENTE:- Há trinta e um dos Srs. Vereadores presentes, havendo quorum para continuidade dos trabalhos. Devolvemos a palavra ao Secretário Vitor Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Sr. Presidente. Então, falava sobre a dificuldade que tem o chefe do poder, no caso aqui o Secretário de Finanças de passar a realidade financeira do Município para a população e para os membros. Isso não é exclusivo do Brasil. Coincidentemente estou lendo um livro do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, chamado Timothy Geithner, ao qual também diz que não conseguiu, durante a crise dos Estados Unidos de 2008, transmitir à população, inclusive aos parlamentares daquele país. Mesmo assim, aquele país conseguiu passar a crise. Essa dificuldade sempre existe. Gostaria primeiro de fazer uma retrospectiva muito breve. Lembrar que há um ano estava aqui tentando transmitir a Vossas Excelências a realidade do Município. Depois de muito esforço acredito que tivemos êxito em mostrar a dificuldade que o Município enfrentava no início de 2017. Queria agradecer inicialmente pela confiança dos senhores com a Prefeitura, com as decisões do Prefeito Rafael Greca, que não foram decisões fáceis. As votações aqui que os senhores e senhoras realizaram obviamente não foram fáceis, mas nos cabe em certo momento na história fazer algumas mudanças, tomar algumas decisões e alguns caminhos em prol do interesse público e do bem do Município. Então, vou dividir essa apresentação em uma breve retrospectiva do que fizemos, de como encontramos sem ser muito demorado, depois passar à parte mais analítica dos resultados do Município durante o exercício de 2017. Então, ao invés de trazer todas aquelas questões que nós já trouxemos ano passado, gostaria de destacar pelo menos cinco pontos que me parecem bastante paradigmáticos, dos indicadores da situação do Município no último ano. Quero iniciar com esse gráfico, que não é da Prefeitura de Curitiba. É um gráfico que tivemos acesso, foi elaborado pela Associação Brasileira de Secretarias de Finanças. Esse gráfico também está no material que foi entregue há pouco aos Vereadores, esse folder, que mostra a situação de Curitiba apontada pela Associação Brasileira dos Secretários de Finanças, conforme a nova metodologia do Tesouro Nacional, de classificação de liquidez do Município. Então, obviamente quanto pior o índice aqui, pior é a situação do Município. Curitiba estava no dia 31 de dezembro de 2016 com o pior índice de liquidez entre os municípios. O que isso significa? Significa que Curitiba

não tinha condições de fazer frente às obrigações imediatas de caixa do Município. Então recebemos a Prefeitura com uma dificuldade imensa, uma pressão imensa de boca de caixa, como chamamos e isso é reflexo desse gráfico, dessa metodologia elaborada pelo Tesouro Nacional. Vale a pena dizer que o Tesouro Nacional modificou a metodologia de classificação dos entes públicos, tanto dos municípios quanto dos Estados. Antes era uma classificação um pouco mais complexa, existia um critério de "excepcionalização" que justificava que Estados às vezes quebrados, como Rio Grande do Sul, não é segredo para ninguém, recebiam aval da União, recebiam autorização para efetuar operações de crédito, enquanto outros Estados ou Municípios não o recebiam. Existia um critério "os amigos da corte", vamos chamar assim, que foi eliminado nessa nova classificação da Secretaria do Tesouro Nacional. É uma classificação muito mais objetiva e que apresenta apenas três índices: índice de liquidez, poupança corrente e endividamento. Na última classificação do Tesouro Nacional, em 2017, referente aos dados de 2016, Curitiba apresentava nota "C" e era a pior capital com liquidez, do país. Três vezes pior que Recife. O que é o problema de não ter liquidez? Vou tentar transmitir um pouco do que é o resultado disso para o cidadão. Noventa e seis significa a média, são noventa e seis dias a média de atraso entre os anos de 2013 e 2016 do pagamento do contrato da coleta de lixo na Cidade de Curitiba. Eu mesmo ouvi dizer dentro do Executivo que essa rolagem de dívida, esse atraso, é algo normal que acontece no poder público. Só que isso na verdade traz um prejuízo imediato ao contribuinte, porque obviamente as companhias que recebem com atraso não vão aguardar a boa vontade do Executivo em honrar qualquer obrigação, elas vão cobrar do Executivo, como a empresa fez e protocolou recentemente na Prefeitura pedido de pagamento de trinta e oito milhões de reais. Trinta e oito milhões de reais, por exemplo, para se ter uma ideia da grandeza, significa aproximadamente seis vezes o custeio da Secretaria de Esportes, que é em torno aí de oito milhões de reais, cinco milhões de reais, mais ou menos nesse sentido. Então, trinta e oito milhões de reais é uma quantia que está sendo cobrada do Município pelo atraso sistemático dos pagamentos entre 2013 e 2016. Obviamente esse atraso não aconteceu somente nesse contrato, esse atraso repetiu em diversos contratos do Município. Isso é causa daquela despesa sem empenho, daqueles seiscentos e catorze milhões de reais que trouxemos à Câmara no ano passado, de despesas que correm por fora do orçamento. Se o Município não tem caixa, como não tinha liquidez, ele não consegue honrar as suas obrigações, como fez com os contratos. Claro, ele primou por pagar a folha dos servidores em dia, mas os seus fornecedores foram deixados de lado. Mas o problema não é deixar de lado o fornecedor ou privilegiar um ou outro, o problema é que isso acarreta prejuízo. Assim como se não tivesse pago a folha dos servidores, certamente haveria inúmeras ações judiciais, questionando o atraso do Poder Executivo. Quatrocentos e oitenta e dois milhões de reais, é a quantia que o Município não repassou para o Instituto de Previdência durante os anos de 2015 e 2016. A ausência desse repasse não implica no perdão da dívida, implica que o Município teve que parcelar e depois reparcelar essa quantia agora, no ano de 2017, o que aumento inclusive a nossa dívida interna de forma bem sensível. Então, quatrocentos e oitenta e dois milhões de reais são aqueles valores dos aportes previdenciários ao IPMC, que não foram repassados pelo Município, por quê? Porque em primeiro lugar o dinheiro não estava no orçamento, então a partir do momento em que não se tem obrigação previdenciária de aporte de orçamento, passa-se o dinheiro se há sobra. Claro que não estava sobrando, porque não se pagavam os contratos, como o caso, por exemplo, da empresa de lixo. O que acontece? O dinheiro simplesmente não foi repassado e o Município assumiu para o futuro essa obrigação com a previdência do Município, de quatrocentos e oitenta e dois milhões de reais. Em razão desses e de outros inadimplementos o Município ficou mil e quinhentos dias, durante os últimos

anos, acho que uns quatro anos, sem a certidão de contas, a liberatória do Tribunal de Contas. Então, o Município não tinha como realizar operações de crédito porque não tinha a certidão que é o instrumento exigível por essas instituições financeiras para liberar empréstimos. Então, o Município ficou mil e quinhentos dias sem. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, nós tivemos que colocar em dia praticamente dois anos e meio de atrasos no SIM-AM, que é o sistema do Tribunal de Contas. Esse foi um trabalho da Prefeitura inteira, inclusive capitaneada aqui pelo Claudinei, que é o Contador geral do Município, e nós colocamos em dia e obtivemos a certidão liberatória do Tribunal de Contas. E dá um trabalho danado para manter essa certidão liberatória em dia, mas nós temos mantido. Periodicamente nós somos revisitados com essa urgência, essa necessidade do Tribunal de Contas, mas hoje está em dia e nós temos a certidão liberatória do Tribunal de Contas. Tudo isso apontava para aquele número que eu trouxe para os senhores e as senhoras no passado, de 2.19 bilhões de reais de deficit orçamentário. Vale a pena lembrar o que era esse deficit, porque esse número não é inventado, é um número que de tanto falar já sabemos de cor, seiscentos e quatorze milhões de reais eram despesas sem empenho, ou seja, essa rolagem do orçamento que se fazia de um ano para outro sistematicamente. Duzentos e vinte e oito milhões em restos a pagar sem o caixa. Eu já quero adiantar, e isso tem um senso comum que restos a pagar, no Direito Financeiro ou nas obrigações públicas, podem significar problemas. Eu diria que não há problema se existe um bilhão, dez bilhões, um trilhão de restos a pagar, desde que exista caixa. O que é preciso é existir disponibilidade financeira. Se existem restos a pagar, são compromissos que o Município assumiu, e tem caixa de fato para fazer frente. Só que na época existiam duzentos e vinte e oito milhões de reais de obrigações, de restos a pagar descobertos. Daí nós tínhamos um bilhão e vinte e cinco milhões de deficit de custeio nas Secretarias. Metade desse valor era previdência. Nós tínhamos quatrocentos e noventa e cinco milhões dentro desse um bilhão e vinte e cinco que era o aporte que o Município deveria fazer, e não tinha previsão orçamentária no ano de 2017. Somado a isso, a questão dos planos de carreira e também da data-base do funcionalismo cresciam mais trezentos e vinte e sete milhões de reais que somavam, em conjunto, esses dois bilhões, cento e noventa milhões de reais que Curitiba precisava para colocar a casa em ordem. Nós até apresentamos, naquela oportunidade, um gráfico mostrando que as despesas do Município gravavam em torno de dez bilhões de reais para um orçamento em torno de oito bilhões de reais. Então, o que isso significaria? Obviamente, significaria a paralisação. Eu havia dito que o Município iria desligando aos poucos. Um município não fecha as portas do dia para a noite, o que acontece é que, querendo ou não, a empresa de coleta de lixo poderia parar a coleta do dia para a noite. O que o Município poderia fazer? Teria que encontrar meios de pagar. E, nesse sentido aliás, eu até me atrevo a responder a pergunta que o Presidente fez, para onde foi o dinheiro, entre 2013 e 2016, que a Câmara devolveu. Ora, foi para pagar certamente as obrigações mais prementes do Município. Porque o Município já não tinha liquidez para efetuar pagamentos. Pagou folha, pagou décimo terceiro, pagou um ou outro fornecedor. Certamente foi isso que aconteceu. Não pagou todo mundo. Se tivesse pago todo mundo, nós não estaríamos nessa situação. Então, o que pararia no Município? Obviamente nós tínhamos só recursos do Feaes, da saúde, até agosto de 2017; as verbas da educação para custeio, até porque os CMEIs permaneceram e permaneciam fechados, os doze CMEIs que já estavam construídos até o ano passado. O salário dos servidores, nós teríamos, obviamente, recursos para pagar até novembro, nós imaginávamos, de 2017. A coleta de lixo, nós tínhamos uma previsão orçamentária até julho de 2017. Já tínhamos o deficit, não se pagava coleta de lixo desde junho ou julho, a parcela aberta era junho ou julho de 2016. As despesas de pessoal ultrapassariam o limite,

chegariam a 58.39% da receita corrente líquida, e isso já desconsiderando o FUC, e o Município teria uma dívida de um bilhão de reais com a Previdência. O que seria essa dívida? Ora, seriam aqueles quatrocentos e oitenta e dois milhões que acabamos de mostrar, acrescidos dos quatrocentos e noventa e cinco milhões que tínhamos a obrigação de passar para o IPMC durante o exercício de 2017. Diante disso que nós pensamos, e apresentamos, e foram aprovadas, mais uma vez eu queria agradecer e enaltecer a coragem desta Câmara nesse sentido, por ter enfrentado a questão do Plano de Recuperação de Curitiba. Então, um breve retrospecto das medidas: a sustentabilidade financeira, a medida mais estrutural e que vai ser uma herança muito positiva da Câmara para a Cidade é a Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, que dentre as principais medidas contém a criação de um conselho de gestão, de responsabilidade fiscal, a instituição de um limitador racional de despesas com pessoal. Vale lembrar que tivemos aí no período entre 2012 e 2016 de crescimento de despesas de pessoal de 70% enquanto a receita corrente líquida cresceu 28%, esse dado foi bem apresentado no passado. Também estabelecemos um pré-limite para as despesas de pessoal de 50%, o Município devendo a economizar em horas extras, em contratos, enfim. E a obrigação do planejamento do custeio para equipamentos novos da Cidade, porque ora, se eles estimam doze CMEIs, que foram construídos, Clubes da Gente, estruturas municipais que foram construídas e não foram abertas à população, é porque não se pensou no custeio desses equipamentos. Então, existe uma obrigação na Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal que qualquer implementação de um novo equipamento deve obrigatoriamente prever o dispêndio de custeio nos próximos exercícios. Também reduzimos cento e cinco milhões em despesas de custeio. Quero destacar aqui alguns contratos, o contrato do ICI, que tínhamos uma obrigação de pagar por ressarcimento em torno de onze milhões de reais por mês, nós reduzimos para em torno de seis milhões e novecentos em contrato emergencial, até que se faça a licitação na primeira oportunidade. Reduzimos também contratos de despesa que implicaram nessa redução global em torno de cento e cinco milhões de reais. Estamos deduzindo mais e estamos procurando novas oportunidades de redução de custos. Estabelecemos uma nova meta fiscal aprovada por esta Câmara, que foi a primeira a ser aprovada para o Plano de Recuperação, trazendo à tona os dois bilhões, cento e quatro milhões de reais. Excluímos o FUC, que é uma receita disfarçada e que o Município não pode contar, da base de cálculo da receita corrente líquida, para o cálculo da despesa de pessoal. Ora, se o Município não tinha o dinheiro do transporte coletivo em 2017, em torno de setecentos e setenta milhões de reais, ele não poderia colocar esse dinheiro na base de cálculo para crescer na receita corrente líquida. E também reduziu-se o número de secretarias e de cargos comissionados, sei que essa pergunta vai vir, mas em comparação a setembro de 2016 com atualmente, a prefeitura tem entre cargos e funções duzentos e noventa e seis cargos e funções a menos providas do que tinha em setembro de 2016. A segunda parte, a questão das dívidas. Como tratamos e solucionamos essa questão da falta de liquidez, porque não poderíamos continuar atrasando os compromissos do Município, até porque gerariam precatórias. Até nesse sentido, voltando um pouco, também foi uma decisão muito corajosa, tanto do Prefeito como da Câmara, a questão da suspensão dos Planos de Carreiras, porque obviamente o Município não tinha condições, não iria pagar os planos de carreira, não iria pagar. O que ia acontecer com os planos de carreira? Virariam certamente precatórias para esta e para as próximas gerações dos curitibanos pagarem. E eles iriam pagar em precatórias essas quantias, tanto dos planos de carreira como dos juros. O compromisso não para. Então, o que fizemos? Nós estabelecemos uma data limite, estabelecemos um parcelamento em até sessenta vezes, junto com leilões reversos da dívida para os fornecedores que se encontravam credores do Município, pagamos à

vista, aproximadamente, seiscentos pequenos credores, aqueles até trezentos mil reais, conforme foi decidido aqui na Câmara e parcelamos as dívidas superiores a esse valor, junto com os leilões, já realizamos dois leilões reversos com uma médio de deságio, de desconto que os fornecedores deram para o Município de 19%, o que trouxe uma economia em torno de três milhões e meio para o Município e parcelamos o restante da dívida. Devemos fazer um próximo leilão já no mês de março, a Prefeitura deve disponibilizar em torno de dez milhões de reais para arrefecer o montante da dívida deixada no passado. A questão da previdência que foi a mudança mais profunda que propusemos no Município, passou inicialmente pelo estabelecimento de um novo plano de previdência, a criação da CuritibaPrev da previdência complementar, é a primeira capital do Brasil a ter uma previdência complementar, que deve estar sendo implementado no primeiro semestre de 2017 deve estar em pé. Essa é uma medida de médio e longo prazo, também uma medida assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma medida estruturante para o Município, que fica como herança para o tempo. Criamos um novo regime de apólices previdenciários, porque aquele regime anterior criado já não se encontrava mais adequado para o Município. Na verdade, prometia algo que era impossível de se cumprir. Então tivemos que adequar um novo regime de aporte previdenciário. Incluímos, acho que essa é o principal legado da reforma, é incluir a previdência dentro do orçamento. Temos para esse exercício, uma previsão de trezentos e treze milhões de reais dentro do orçamento da previdência, já temos o PPA dos próximos anos, também a previdência dos aportes garantidos. Isso significa que o recurso para a previdência será repassado, não ficará dependente de eventuais sobras que nunca dificilmente acontece no Município. E também ajustamos as alíquotas tanto do Município como dos servidores, porque do contrário não teríamos uma realidade factível de repasse desses valores para o Município. Vale dizer, que toda essa informação, inclusive, se encontram no material que foi entregue aos senhores. Isso agora vai ser debatido no Município de São Paulo, exatamente as mesmas medidas, criação e previdência complementar, ajuste de alíquotas, essas medidas serão debatidas, porque o Brasil precisa, não é possível se propor um estelionato previdenciário que o Município ante o público promete que vai passar alguma verba e não passa. Então, tem que trazer para dentro da realidade e foi isso que Curitiba fez. Também fizemos a compensação daqueles valores, que não existia a previsão legal de repasse há cinco anos pretéritos, ou seja, a contribuição patronal dos inativos, que o Município não tinha mais obrigação de repassar ao IPMC e nem poderia, porque no Poder Público, no direito administrativo o Município tinha o dever de recuperar esses valores, o fez por lei, inclusive, e esse valor, inclusive, já foi integralmente ressarcido IPMC, tenho esses dados um pouquinho mais para frente. Alíquota patronal dos inativos não consta mais como obrigação do Município e nós reparcelamos aquelas dívidas entre 2015/2016, em duzentas vezes. O Governo Federal, na metade de 2017, editou para os regimes próprios uma novas portaria permitindo o reparcelamento que era de sessenta vezes, em até duzentas vezes. Ele, certamente, ingressou nesse parcelamento, o que nos deu a maior gestão e a maior liquidez no caixa em razão desse parcelamento. Por fim, ainda parte do plano de recuperação da cidade, nas medidas de eficiência administrativa nós modificamos, também são medidas de médio a longo prazo que pretendemos sejam implementadas aqui no Município. O primeiro já está complementado: Nota Curitibaana, o primeiro sorteio deverá acontecer no aniversário da cidade, 29 de março, deve aumentar e muitas pessoas têm procurado a Prefeitura tanto para a inscrição para saber dos prêmios. O reflexo ao longo do tempo no setor de serviços certamente vai ser positivo com os pedidos de emissão de notas pelo contribuinte. Modificamos a cobrança do ITBI. Agora o ITBI passa a ser pago na escritura, eliminamos aquela alíquota intermediária, mantivemos a alíquota máxima de 2,7% e aumentamos a

faixa de isentos. Mais do que dobramos a faixa de isentos do ITBI no Município de Curitiba. Criamos novas tecnologias, como o domicílio eletrônico do contribuinte, isso tudo depende de sistema. Não se cria do dia para a noite sistema. Estamos trabalhando em paralelo em vários sistemas do Município de tributação, na construção civil, na parte de agendamento. Nós queremos modificar a sistemática de atendimento na prefeitura, então será um agendamento eletrônico pela internet dos atendimentos. Modificamos a taxa do lixo. Por que modificamos a taxa do lixo? Porque existia um deficit orçamentário em torno de oitenta milhões de reais e que a Prefeitura não tinha mais nem de onde retirar recursos. Então, o valor da taxa foi mantido e nós retiramos o limitador do IPTU com a taxa do lixo. Regulamentamos o aplicativo de transporte, o Uber, 99, Cabify, enfim, o retorno para o Município é em torno de três milhões e seiscentos mil reais em três meses, é um retorno interessante. Criamos a Coordenadoria de Projetos de Informação - COPI, que é a responsável na Secretaria de Finanças, por toda essa parte de sistemas e criação de novas modalidades de atendimento e de sistema de arrecadação do contribuinte. E modificamos a Lei do ISS, adaptando à legislação federal. Alguns resultados do plano, esta parte eu gostaria de chamar a atenção, porque esses dados eu não trouxe ainda para a Câmara de Vereadores. Então, um primeiro dado, nós temos pago rigorosamente em dia todos os contratos da Prefeitura. Então, a maneira mais fácil de saber a saúde financeira do Município é perguntar para um fornecedor, além, obviamente, do servidor, se os pagamentos estão em dia. Nós temos pago todos os contratos da Prefeitura, as obrigações de 2017 rigorosamente em dia. Não há nada atrasado. É claro que a Prefeitura tem um prazo para processar, para liquidar a despesa, enfim, mas as obrigações estão sendo pagas rigorosamente em dia. Nós conseguimos adiantar o décimo terceiro do funcionalismo no ano passado, conseguimos também, depois do saneamento das contas públicas, aumentar expressivamente os investimentos. É claro que a recuperação da capacidade do Município de investir em recursos próprios vem ao longo do tempo, porque vem de um deficit histórico de custeio. Não podemos nos iludir e achar que o Município em um ano resolveu toda a questão do custeio, que era muito maior do que a receita. Reestruturamos também, mediante aprovação desta Câmara, o Instituto de Saúde dos servidores, inclusive reconhecendo uma dívida em torno de sessenta milhões de reais que não estava naquele cálculo que eu apresentei em que os valores não foram repassados para o Instituto. O que é esta dívida de sessenta milhões de reais? São as despesas com a Lei 8.786, agora revogada, que o Município deveria pagar ao ICS e não pagava. Em torno de três milhões de reais por mês que foram se acumulando e o ICS precisava desses recursos e o Município não tinha condições de efetuar o pagamento. Recuperamos a certidão para o Município. Como eu tinha dito, nós tínhamos mil e quinhentos dias aproximadamente sem certidão nos últimos anos, a certidão foi emitida para Curitiba e nós temos feito todos os esforços para manter os sistemas em dia, e hoje nós temos a certidão liberatória do Tribunal de Contas do município. Com relação à despesa de pessoal, nós temos duas projeções. Então, nós temos ali na linha vermelha a nossa projeção com a implementação de planos de carreira, data-base, enfim, o limite é 51,3%. Chegaríamos a 58,39%, já sem o FUC, estouraríamos o limite das despesas de pessoal em 2017. Com o plano de recuperação nós conseguimos retornar à meta, retornar ao nosso padrão de sustentabilidade e ficar em 46.51%, que é atualmente nosso limite de despesas com pessoal. Os recursos do IPMC: já retornaram aqueles recursos que o Município reconheceu. O IPMC reconheceu a dívida com o Município, já retornaram integralmente aos cofres do IPMC, em torno de seiscentos e noventa e cinco milhões de reais, na forma de contribuição patronal e aportes. Então, se compararmos o valor em 2016, o IPMC em torno de dois bilhões de reais, hoje o IPMC também tem em torno de dois bilhões de reais. Aliás, existe um dado que não está aqui, mas Curitiba

tem o maior valor depositado, ou pelo menos tinha até 2016 e certamente se manteve em 2017 nos regimes próprios de previdência das capitais brasileiras, estou incluindo Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. Curitiba tem o maior valor em fundo de previdência entre as capitais brasileiras. Recebi esse dado da Prefeitura de Porto Alegre, inclusive, numa reunião que tivemos na semana passada com o Ministro Henrique Meirelles apresentando alguns desses dados. E a prefeitura de Porto Alegre, numa situação extremamente difícil, apresentou também esses dados. O problema de Porto Alegre é que ela não tem liquidez e ela quer usar o dado do RPPS, os dois bilhões para liquidez. Nós não fazemos isso, mas isso é o pleito de Porto Alegre. Então, Curitiba tem um situação muito diferenciada quando se fala de previdência em relação às outras capitais. A principal recuperação é a recuperação da credibilidade, porque não se enganam, nós não podemos nos enganar, os nossos fornecedores da Capital claramente, e isso é da natureza do mercado, calculam quando oferecem os seus contratos uma eventual inadimplência da Prefeitura. Quem vai contratar com a Prefeitura pensa no histórico de inadimplência e diante da falta de credibilidade do Município acaba contando com isso quando faz a sua oferta, os procedimentos licitatórios de aquisição da Prefeitura. Isso com o tempo, pelo menos é compromisso dessa gestão, que isso não aconteça mais, porque nós temos capacidade agora de fazer pagamentos a curto prazo. Curitiba recuperou a sua liquidez, a sua capacidade de pagamento. Então, éramos o último, três vezes pior que Recife e agora já estamos em quarto, numa situação muito mais tranquila, muito mais condizente com a reputação da Cidade, com o que se espera da Cidade, com a capacidade de pagamento. Esse dado é um dado conforme a metodologia do Tesouro Nacional. A Secretaria do Tesouro Nacional não divulgou ainda a classificação final, deve fazer nas próximas semanas, mas já calculamos a forma e Curitiba ficou nesses patamares em relação aos outros municípios, recuperando a sua credibilidade frente aos seus fornecedores e servidores. Aqui termino alguns resultados e passo agora a parte mais analítica, até porque eu não gostaria de esgotar a parte de perguntas, eu acho que este é um momento rico para debate. Então, vamos passar agora aos números de 2017 da Cidade de Curitiba. Tínhamos uma previsão inicial de despesas correntes de sete bilhões e trezentos e sessenta e nove milhões de reais. Realizamos de receitas correntes sete bilhões cento e noventa e nove milhões de reais. As nossas receitas correntes caíram em variação real de 0,19%. E por que caíram? Depois vamos ver. Mas o que caiu em maior parte foram as transferências que Curitiba recebe, tanto do Governo Federal, em algumas áreas, como do Estado também, em algumas áreas. O Estado fez um esforço o ano passado, compensando essa diminuição com a antecipação de ICMS de montadoras e deu algum fôlego aos municípios. Mas mesmo assim, no quadro geral, eu já mostrei esses dados aqui na Câmara, o que o Município recebe de valor de ICMS, que é a nossa segunda principal receita, atrás apenas do ISS, tem diminuído ano a ano. O nosso índice perante o Estado tem diminuído porque as nossas companhias têm ido para outras cidades, inclusive para a Região Metropolitana. E esse é um paradoxo que precisamos enfrentar alguma hora, porque Curitiba paga em grande parte os serviços da Região Metropolitana. É claro que as pessoas que vivem na Região Metropolitana usam, utilizam as UPAs da cidade, enfim, até o transporte coletivo, e o que não se recebe mais subsídio por parte do Estado é pago por Curitiba. E mesmo assim a verba de Curitiba, do ICMS vem reduzindo ano a ano. Precisamos em algum momento enfrentar essa situação porque a nossa verba diminui, nós expandimos serviços e a nossa receita que viria para Curitiba acaba indo para outras cidades inclusive da Região Metropolitana. As nossas receitas de capital tinham previsão inicial... O que são receitas de capital? São as transferências, os convênios que Curitiba receberia da União Federal, enfim, outros convênios do Estado ... Tinham uma previsão de quinhentos e quarenta e seis milhões. Vale lembrar que esse

orçamento foi elaborado em 2016 e em 2017. Realizamos cento e onze milhões de reais de receitas de capital. As receitas intra-orçamentárias cresceram expressivamente, mas em razão do ajuste do sistema de previdência boa parte dos dados que estão nesses demonstrativos ainda estão, vamos dizer assim, contaminados com essa absorção pelo Município de despesas fora do orçamento. Então 2017 ainda foi um ano em que o Município absorveu muitas despesas que não estavam contabilizadas no orçamento, por isso, inclusive, vamos ver um reflexo parecido ali na parte das despesas. Tivemos, em termos de receita, vejamos, em um ano difícil de aprovação do Plano de Recuperação de Curitiba as nossas receitas em termos reais caíram em comparação com o último ano. Em alguns impostos, vamos ver com calma depois, aumentaram, mas em termos gerais, caíram. Então vamos ver aqui a comparação da receita tributária do Município. O IPTU é de fato o imposto que apresentou a maior evolução no Município e nos últimos anos, especialmente, em razão da revisão da planta genérica de valores de 2014. Revisou-se a planta genérica. Podemos perceber um aumento expressivo de IPTU entre 2014, 2015, 2016 e 2017 em razão da planta genérica de valores e dos limitadores de crescimentos que foram aprovados aqui na Câmara. Então, é claro que caso não fossem aprovados os limitadores a alíquota incidiria sobre o valor total do imóvel da planta genérica, o que está acontecendo no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro fez uma revisão da planta genérica agora e aqueles imóveis localizados, por exemplo, no Leblon, enfim, em outras cidades, tiveram uma variação às vezes de mil por cento e o Município está cobrando a integralidade do IPTU sobre esses valores sem limitadores e tem conseguido sucesso inclusive no judiciário. Mas nós não tivemos todo esse impacto. Esse efeito é diferido ao longo do tempo. Imposto de Renda na Fonte se manteve estável. O ITBI, que é de fato um imposto que acompanha a variação do mercado imobiliário, teve uma variação positiva comparando 2016 com 2017, uma variação real de 4%. Esperamos crescer esse número com a nova sistemática de cobrança do ITBI, porque muita gente não paga o ITBI quando faz a escritura, deixava para pagar no registro, e nós acreditamos que com essa modificação, essa nova sistemática poderemos sim melhorar a nossa arrecadação de ITBI. O ISS, que é o nosso principal tributo, esse dado é sim preocupante, apresentou queda com relação a variação real entre o ano de 2016 e 2017. Os números são muito próximos, mas considerada a inflação, ele apresentou queda. Se compararmos com 2015, aí sim a queda em termos reais é muito mais expressiva para o Município. Finalmente temos ali na variação real em torno de 2.68% de crescimento. Um tributo acaba compensando o outro, principalmente o IPTU, que é o nosso maior crescimento nos últimos anos. Agora notem, nas transferências correntes, o quanto diminuiu o valor que o Município recebe. Do Fundo de Participação dos Municípios, recebemos duzentos e trinta e um milhões de reais em 2016, e recebemos apenas duzentos e vinte e oito milhões de reais em 2017, uma variação real negativa de 3.46%. Os recursos do SUS: oitocentos e doze milhões de reais em 2016, contra setecentos e noventa e quatro milhões de reais em 2017, uma variação negativa de 4.26%. FNDE, educação: setenta e cinco milhões, contra setenta e um. O nosso ICMS, que eu dizia, mesmo com a antecipação realizada pelo Governo do Estado, em termos reais, caiu. Esse dado é bastante expressivo. Acredito que temos, como Cidade, que repensar o fato de Curitiba muitas vezes ser obrigada a custear integralmente obrigações, enquanto o ICMS acaba escapando para outros municípios. O IPVA, que cresceu nos últimos anos, em razão do aumento de alíquota do Governo do Estado, também caiu em 2017, comparado com 2016. O Fundeb aumentou, de quinhentos e treze para quinhentos e cinquenta milhões de reais, uma variação positiva. Temos ali outras transferências correntes: de noventa e cinco para noventa e sete. Em transferências intergovernamentais e despesa de capital, aquelas para investimento, caíram

também, de trinta para vinte e dois milhões. E os convênios de capital, que são aqueles também para investimento, subiram de trinta e seis para quarenta e sete milhões. Eu queria até comentar esse dado. Tivemos aí uma queda real de 1.08% nas transferências, considerando o todo, mas também queria comentar o dado do que o Município recebeu ao longo de 2017 de transferências do Estado. Porque muito se diz que o Município teve condições de se recuperar a partir do momento da ajuda do Estado. Acontece que o dinheiro do Estado ainda não chegou, para o asfalto, enfim, a esses convênios que foram firmados. O Estado acrescentou sim com relação à verba da saúde, em torno de vinte milhões de reais, mas no restante o dinheiro foi menor ou foi o mesmo que 2016. Então, o Município ainda não recebeu os recursos do Estado. O que fizemos em 2017 foi fruto do trabalho, tanto da Prefeitura, como principalmente desta Câmara de Vereadores, em reconhecer a realidade e modificar a estrutura do Município em 2017. É bom que se diga que o Município ainda não recebeu aqueles recursos que virão, e serão muito bem recebidos, do Estado. Até porque isso demanda a celebração de convênios, empenhos por parte do Estado, enfim, recebimentos por parte do Município, e isso leva algum tempo. Deve vir, e acreditamos que o dinheiro será disponibilizado em 2018. Bom, tínhamos lá, nas receitas, um decréscimo de 1.1%. Com relação às despesas, e aqui gostaria de abrir um parêntese e explicar novamente isso que é muito importante: que o Município vem num período de ajuste das despesas. Ora, o Município tinha muitas despesas que corriam por fora. A partir do momento que o Município absorve essas despesas, temos um reflexo bastante significativo na parte orçamentária. Porque aquilo que corria por fora não era contabilizado. Agora absorvemos todas essas despesas, reconhecemos as dívidas que o Município possuía frente aos seus credores, e isso tudo passa a fazer parte das despesas do Município. Então, esse dado de 2017 ainda é contaminado, vamos dizer assim, pela absorção dessas despesas do passado. E eu garanto que em 2019, quando eu, ou outro Secretário estiver aqui na Câmara apresentando os dados, vai ser muito significativa a mudança com relação a essa metodologia, porque não temos mais despesas fora do orçamento. Temos feito um esforço tremendo, é um trabalho de formiguinha, é um trabalho muito difícil de ser feito, mas não temos mais, no Município de Curitiba, despesas fora do orçamento. Então, nas despesas correntes, tínhamos uma previsão de seis bilhões, setecentos e oitenta e sete. Realizamos seis bilhões, seiscentos e vinte e dois, um crescimento real. Com relação ao exercício passado, de 4.51%, despesas de capital são investimentos em sua maioria, vamos dizer assim, nós tínhamos uma previsão inicial de setecentos e oitenta e quatro milhões, realizamos trezentos e noventa e um milhões, crescimento expressivo de 22,28%. Esse número é bastante expressivo no Município porque ao conseguir, por meio de esforços de recursos próprios aumentar uma parcela expressiva de investimentos, principalmente em saneamento, que é uma função, cresceu bastante em 2017. Reservas, previsão inicial, trezentos e quarenta e quatro, nós simplesmente reformamos o nosso orçamento de 2017 e realizamos zero, porque modificamos e tiramos da parte das reservas para suportar as outras despesas e também ter algum resultado líquido ao final de 2017, que eu vou apresentar depois. As despesas infra-orçamentárias, assim como as receitas, cresceram de setecentos e trinta e quatro para um bilhão e quinze, aqui é o ajuste previdenciário, então, muito do que está aqui é o ajuste previdenciário.- O Vereador Toninho da Farmácia solicitou a prorrogação da Sessão por trinta minutos, devido a importância do tema.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Toninho da Farmácia que pede prorrogação da Audiência por trinta minutos. (Pausa). APROVADO.- O SR. VITOR PUPPI:- Então, tivemos na parte das despesas um crescimento real de 5,36% que eu repito, diz respeito à absorção, grande parte dessas modificações e das despesas que antes corriam por fora do orçamento, que é o orçamento 2017 da Cidade. Então, as despesas agora, um

pouquinho mais analítico, despesa de pessoal, encargos: tínhamos uma previsão de três bilhões e seiscentos, empenhamos três bilhões, trezentos e oitenta e três; juros e encargos da dívida, cinquenta e três milhões de reais, empenhamos mais quarenta e três milhões de reais; outras despesas correntes, aí realmente é a parte de custeio, três bilhões e oitenta e um contra três bilhões e cento e noventa e cinco de despesa empenhada, esse é o custeio que correu por fora do orçamento de Curitiba. Despesa de capital, investimento da cidade já apresentei ali, setecentos e trinta e quatro milhões de reais, empenhamos trezentos e noventa e um milhão de reais, contradotação inicial, investimentos, seiscentos e cinquenta e seis, enfim, que é o investimento em si contra duzentos e trinta e quatro e inversões financeiras são os aportes, as companhias públicas de Curitiba, em maior parte a Cohab, uma parte menor a Urbs, a Cohab recebe em torno de cinco milhões de reais de aporte de capital do Município por ano para manter as suas obrigações em dia, a Cohab também promoveu um plano de demissão voluntário, assim como a Urbs também promoveu, depois demitiu algumas pessoas em nome do equilíbrio financeiro, porque as companhias devem se sustentar de alguma forma, é claro que o Município tem obrigação de auxiliar, no compromisso da função social dessas companhias, mas elas precisam ser equilibradas e ter o mínimo de sustentabilidade e de previsibilidade, que é isso que nós temos trabalhado durante esse ano do que o Município deve destinar a cada companhia. Amortização da dívida, tínhamos cento e vinte e dois milhões de reais, empenhamos muito mais, porque tivemos que pagar dívidas dos exercícios anteriores. Algumas despesas por funções, não vou ler todas para não ser muito repetitivo, mas lerei algumas mais expressivas, como por exemplo, a Saúde, que tinha uma dotação inicial de um bilhão e seiscentos e sessenta e oito e finalizou com um bilhão e setecentos e cinquenta, acima do orçamento, porque até a Secretária esteve aqui ontem apresentando, acredito o índice de 22, 01% na Saúde. É claro que o índice é alto e é resultado de todos os aparelhos que Curitiba coloca à disposição para a população, mas também está dentro desse número uma parte que é absorção sim de despesas do exercício anterior. Temos ali educação, despesa de um bilhão, quatrocentos e noventa e três milhões de reais e eu vou chamar atenção para os encargos especiais, a penúltima linha, de trezentos e quinze para oitocentos e sessenta e cinco milhões que é justamente a parte tanto da previdência como das dívidas que o Município reconheceu. Por isso esse acréscimo tão alto. Ai os nossos restos a pagar, processados e não processados, como eu disse, não há problemas em restos a pagar, o município tem em torno de quatrocentos milhões de reais no total de restos a pagar, desde que exista caixa. Então temos aí um resto a pagar que são dos exercícios anteriores do Poder Executivo, processados trinta e um milhões, não processados duzentos e trinta e um milhões, pagos vinte e um milhões. No Poder Executivo, não processados, cancelamos cento e dezessete milhões de reais, porque eram despesas que não iriam ocorrer, despesas que o município não ia mais fazer frente. O próximo slide fica mais claro essa disponibilidade de caixa. Então o Município tem um disponibilidade de caixa, bruta, de um bilhão, trezentos e sessenta e oito milhões, mas tem restos a pagar de quatrocentos e trinta e quatro milhões. Consignações dentro desse valor. Que são são consignações? É um dinheiro que não é do Município. Dinheiro que o Município recebe como caução ou até aquele valor que o Município recebe e tem obrigação com terceiros, por exemplo, quando o servidor compra com o cartão de Curitiba, uma parte é consignada e o Município tem obrigação de devolver para empresa que ele comprou, para o fornecedor. Então, nós temos cento e vinte seis milhões de reais em consignações. E outros compromissos. São compromissos financeiros que o Município ainda está tratando. Quais são esses compromissões? Por exemplo, o ICS. O Município tem que tratar agora, já está firmando um acordo como ICS para pagar

em torno de sessenta milhões de reais, que é a dívida dos últimos anos com a Lei 8.786 que será paga em trinta e seis vezes. Temos também uma parte do Feaes, nesses valor, em torno de cinquenta milhões de reais. Uma parte do ICI, que o Município terá um saldo a pagar ao ICI, diante de uma acordo que foi encaminhado para o poder judiciário. Então, nós temos, demais compromissos de cento e trinta e cinco milhões de reais. Isso nos dá um caixa líquido de trezentos e vinte e seis milhões reais. É um caixa livre que o Município tem, um colchão de liquidez para fazer frente as suas obrigações. E para as outras áreas, trezentos e quarenta e cinco milhões. Quais são as outras áreas? Esse é um recurso, por exemplo, que o Município não dispõe com liberdade. É um dinheiro federal que está depositado para algum convênio, por exemplo, potencial construtivo, que tem alguma vinculação com a despesa. Então, onde o Município tem vinculação com a despesa, ou seja, um recurso que o Município pode disponibilizar e utilizar livremente, o Município tem trezentos e quarenta e cinco milhões reais. Ou seja, temos trezentos e vinte e seis milhões de recursos livres e trezentos e quarenta e cinco milhões de recursos vinculados. Com relação às metas e limites. O nosso resultado primário de 2017. O que são os resultados primários? São as receitas primárias do Município. Nós não consideramos nas receitas primárias os juros e as operações de créditos, nas despesas primárias nós também tiramos as despesas com a amortização dos juros e da dívida. Então, nós tivemos um resultado positivo de cento e treze milhões de reais. Essa era a previsão na LDO, numa meta negativa de trezentos e três milhões, que foi depois modificada por aqueles dois bilhões e cento e noventa e quatro milhões, que nós demos tratamento com o plano de recuperação. O resultado nominal da Cidade. Nós temos quinhentos e onze milhões negativos. Isso é bom. Quanto mais negativo o resultado nominal, melhor é. Por quê? Porque o resultado nominal é uma comparação sempre entre um exercício com outro exercício. Então, em 2016 nós tínhamos um resultado nominal de cento e cinquenta e seis milhões, decrescemos quinhentos e onze milhões do valor da dívida. Por quê? Porque nós descontamos a disponibilidade de caixa do Município no resultado nominal. Isso significa que o Município tem mais condições de fazer frente as suas obrigações, porque diminui, digamos assim, quinhentos e onze milhões de reais do resultado nominal. Nós temos, embaixo, a receita corrente líquida, ainda com o FUC, a Diretora Aline apresentou a receita sem o FUC, sem o FUC gira em torno de cinco bilhões e novecentos milhões de reais, com o FUC seis bilhões e seiscentos e sessenta e cinco milhões de reais. Então, nosso limite com pessoal, como apresentei, atualmente está em 46,51%, abaixo do limite prudencial de 51%, e abaixo do limite da lei. Aliás, aqui na apresentação tem que colocar o limite depois da lei municipal de 50%. (Mostra painel). Os nossos limites com a dívida consolidada líquida do Município, historicamente são baixos. Aliás, esse é um dado que me permito dizer que não representa muita coisa. O Senado Federal tem a Resolução nº 40 que estabelece em 120% da receita corrente líquida a obrigação da dívida consolidada líquida. O Município tem um percentual de 2,49%, assim como os outros municípios do País, com exceção do município de São Paulo, que tem percentuais muito baixos de limites como a dívida consolidada líquida. A dívida interna, aqui gostaria de chamar atenção, esse gráfico não está tão claro, mas eu consigo, porque aqui no painel não sei se dá para ver as cores. Mas qual é a nossa maior dívida interna do Município? É a previdência. São aqueles quatrocentos e noventa milhões de reais que foram acrescidos na dívida interna em apenas dois anos. Então, se tirarmos a RPPS percebam que a nossa dívida interna seria muito menor. Então, esse dinheiro que não se passa para a Previdência, ou que não se paga o fornecedor, vem a conta em algum momento. Então, está aí a conta e nós estamos absorvendo esse valor em torno de 40% da nossa dívida interna é com RPPS. Queria chamar atenção para mais uma cor, que não sei se é rosa, aqueles 13% que também é um recurso da novação.

A novação é o parcelamento dos fornecedores de Curitiba. Temos parcelados cento e setenta e cinco milhões, aproximadamente, com os fornecedores, é um dinheiro que vai a leilão, e nesse valor ainda não está incluído o ICS, que falei há pouco, o ICI que falei há pouco. Então, essa dívida interna ainda vai subir nos próximos demonstrativos, a partir do momento em que o Município tiver condições de reconhecer a dívida. Claro, já reconheceu ambas as dívidas e ainda não contabilizou porque não realizou empenho. Enfim, está esperando os procedimentos burocráticos para apresentar. O nosso limite com garantias também é baixo, 3,6. Nosso limite máximo seria 22%. Então, nesse sentido o Município tem espaço para realizar operações de crédito. Limites com operações de créditos, agora sim, são as operações de crédito em si. Nosso limite interno, externo são 16%. Antecipação de receita, acredito que o Município nunca fez. (Pausa). O Cláudio está me dizendo que talvez tenha acontecido em algum ano remoto. Mas a antecipação de receita é aquela operação de crédito em que o Município recebe o dinheiro para gastar no mesmo ano. É um problema para liquidez. Aliás, deveria ter sido feito nas gestões passadas, já que existia um problema de liquidez. Talvez fosse melhor contabilizar os juros do banco, seria mais barato para a Prefeitura, contabilizar 1% que é o juro do código civil. A Prefeitura está obrigada a pelo menos É instada a pagar 1%, enquanto hoje a Celic é em torno de 6,75%. Então, a Prefeitura já sai perdendo 12% ao ano, com o seu atraso junto aos seus fornecedores. Essa conta é muito cara para o Município. Limites de publicidade e propaganda. Esse é um novo limite incluído pela Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal. Temos um limite de 0,6% da RCL. Total para apuração do limite gastamos 0,22%, em torno de quatorze milhões de reais. Finalmente, nossos índices. Na saúde temos o índice de 22,01%, enquanto a exigência é 15%. Uma receita realizada de quatro bilhões de reais. Despesas empenha oitocentos e noventa e três e liquidada oitocentos e trinta e nove. São os ajustes, enfim, esses números da receita não dizem muita coisa, mas o que importa é o índice. Educação 27,33%. Aliás, quero dizer, já disse isso antes, o índice é apenas um demonstrativo. Se o Município gasta e gastar bem, e o índice cai e os serviços são prestados, o Município se desincumbiu da sua função constitucional gastando menos. O que também está de acordo com a Constituição, com os princípios do Art. 37, da eficiência, moralidade, enfim. Era isso. Gostaria de encerrar, agradecendo mais uma vez a Câmara, por toda a confiança com o Prefeito Rafael Greca, com essa gestão no último ano e também enaltecendo e pedindo que os senhores peçam a nota curitibana, para ajudar na arrecadação municipal. Era isso. Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- As inscrições para perguntas já estão abertas. Temos Vereadores inscritos e também questionamentos do público que pede informações. Vamos iniciar, se os Vereadores entenderem, pelos Vereadores já inscritos, Vereadora Noemia Rocha, ou, se vocês entenderem, deixaríamos para o público que fez as suas perguntas e na sequência os Vereadores questionariam. Com a palavra a Vereadora Professora Josete.- Professora Josete:- Sr. Presidente, havia uma dinâmica que a gente sempre adotava e inclusive ontem foi adotada na Comissão de Saúde, que os membros da Comissão teriam prioridade para perguntar. Gostaria de saber se isso mudou agora.- O SR. PRESIDENTE: Vamos manter. Vou abrir para os membros da Comissão de Finanças, na sequência para os Vereadores inscritos e antes dos Vereadores inscritos, peço as perguntas do público que está aqui, acompanhando a Sessão. Então, as perguntas serão feitas primeiramente pelos membros da Comissão. Com a palavra a Vereadora Professora Josete.- Professora Josete:- Primeiramente quero cumprimentar o Secretário e toda equipe da Secretaria de Finanças. Vou direto aos questionamentos. Primeiramente em relação a receita: sabemos que o ISS é a maior receita, o Senhor já afirmou isso na sua fala, mas o crescimento continua muito pequeno. Pensando que nesse ano foi arrecadado menos que no ano passado com a dívida ativa e que há dívidas em relação ao ISS, qual é o

planejamento da Prefeitura para tentar resolver essa situação da dívida ativa e o estímulo ao pagamento do ISS? Quantos fiscais hoje trabalham no setor, em relação a dívida ativa, e qual o montante da dívida ativa hoje atualizada? Tínhamos o último dado de cinco bilhões e trezentos milhões, então gostaríamos de saber o valor atualizado. Por que houve uma queda drástica nos convênios e quais são esses convênios? Não sei se há um atraso por parte do Governo Federal ou Estadual, mas, de seis milhões aproximadamente em 2016, houve uma queda para noventa e quatro mil reais. Qual é a causa disso? Também houve um crescimento de aproximadamente 57,7% nas diversas receitas correntes, quais receitas impulsionaram essa conta? Em relação a despesa, se observarmos as contas, percebemos que em 2017 as despesas correntes cresceram mais que o acréscimo e esse acréscimo parece ter ocorrido pela conta ou outras despesas correntes. O que ocasionou a elevação dessa conta? Gostaríamos de saber em relação ao pagamento das dívidas em anos anteriores, qual percentual de gasto da saúde em relação a isso, uma vez que 22% e nesses 22% estão incluídas dívidas de anos anteriores, e também em relação a educação. Existe um percentual, então, dentro desse percentual, qual é o montante de dívidas de anos anteriores? Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Para cada bloco de três Vereadores o Secretário fará a devolutiva. Com a palavra o Vereador Thiago Ferro e, na sequência, Vereador Mauro Bobato.- Thiago Ferro:- Bom dia, Secretário. Primeiro, a resposta que a Câmara Municipal e a Prefeitura dá a Curitiba com relação a liquidez e a nossa classificação subindo da última Capital, três vezes pior do que Recife, para quarto lugar nos permite ainda, através da certidão liberatória, o Tribunal de Contas receber os repasses que ainda não recebemos do Governo Estadual. Isso dá um novo horizonte para a nossa Capital, para a Cidade de Curitiba que tanto amamos. Vereador Pier, Líder, valeu a pena todo nosso esforço. Parabéns a cada Vereador! A minha pergunta é sobre novos programas e incentivos. Nós estamos recebendo em Curitiba a Smart City, esta semana, então, um ICMS tecnológico, a área de turismo da nossa Cidade, novos recursos que poderão vir para Curitiba, já que ela retoma a sua credibilidade financeira. Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Mauro Bobato.- Mauro Bobato:- Obrigada, Presidente Serginho. Bem-vindos, Secretário e equipe e boa sorte na continuidade dos trabalhos. Eu só queria saber da saúde do IPMC. Não diria respeito a você, mas como você vê a saúde financeira do IPMC? E sobre a questão da taxa de lixo, eu entendo que foi justo e legítimo, e continuo defendendo a desvinculação da taxa do IPTU. Mas, eu gostaria, para analisar para a próxima gestão, a possibilidade de algum sistema diferente. Seria pela justiça social. Nada contra quem tem um maior patrimônio, mas uma casa de um milhão de reais, no Batel, pagar a mesma taxa de lixo, que provavelmente gera um pouco mais de lixo que um morador no subúrbio, que mora numa residência de cem mil reais. As duas com certeza geram lixo, mas seria uma questão de justiça social. Saber se é possível a Prefeitura analisar alguma coisa nesse sentido? Obrigada e boa sorte no trabalho. Como diz o companheiro Vereador Thiago Ferro, eu acho que estamos no caminho certo. Eu quero continuar apoiando essa gestão. Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço aos Vereadores. Passo a palavra ao Secretário e, na sequência, passaremos para as perguntas do público.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigada, Presidente. Obrigada pelas perguntas. O Vereador Mauro Bobato pergunta sobre a taxa de coleta de lixo. O critério mais justo da taxa de coleta de lixo seria o peso, o quanto cada pessoa produz de lixo a ser coletado. Mas, nós estamos distantes ainda dessa realidade. Não é só Curitiba, eu acho que ainda não se pensou, não se inventou um modelo de coleta de lixo com relação ao peso, mas seria o mais justo, sem dúvida nenhuma. Existem outras metodologias, sempre pensando no consumo. Por exemplo, o consumo de água. Já tem se apontado que a pessoa, conforme consome a água, produz uma correlação com a produção de lixo. Mas, a

Cidade ainda não tem um convênio nesse sentido para implementar esse tipo de cobrança. Então, hoje, já há bastante tempo se cobra por meio de um valor fixo. As modificações que aconteceram, a principal questão, inclusive vi aqui na Câmara algumas indagações com relação a essa nova sistemática, diz respeito a duas reclamações, vamos chamar assim. A primeira, é das pessoas que não podem pagar a taxa de lixo, realmente não têm condições de pagar. O Prefeito Rafael Greca, inclusive, deu uma entrevista dizendo que esse valor não seria cobrado. E, de fato, foi editado um decreto recentemente estabelecendo um procedimento de verificação da vulnerabilidade social da pessoa, e isso a ser medido pela FAS, e que vai implicar certamente num encaminhamento a essa Casa, de um projeto reemitindo o crédito tributário para essas pessoas, porque a taxa é um tributo. Nós não podemos trabalhar de outra forma que não seja a lei. Essa era uma reclamação. Mas só para posicionar a Câmara, tivemos um total de setecentos e setenta mil lançamentos em torno de quinhentos e noventa pedidos de isenção da coleta de lixo, vamos dizer assim, em razão da vulnerabilidade social, que estão sendo analisados e vão depender também do encaminhamento da solução que se der com relação à remissão do crédito tributário. E a outra reclamação diz respeito àquelas pessoas que não eram cobradas na taxa de lixo, que era a cobrança até o limite do IPTU, mas o cadastro da Prefeitura apontava outras unidades dentro da sua indicação fiscal. Por exemplo: a pessoa tinha seu escritório ou tinha uma outra família, enfim, existiam outras unidades na mesma indicação fiscal. São em torno de três mil pedidos que a Prefeitura recebeu de atualização cadastral, porque as pessoas não mantinham seus cadastros atualizados porque não havia incentivo em se manter. A partir do momento em que se atualizar esse cadastro, a pessoa diz que aquela casinha no fundo da sua residência está desocupada ou não é mais uma unidade produtora de lixo, enfim, a Prefeitura não cobrará esses valores. Então, dentro dessas duas reclamações, tanto a vulnerabilidade social como na questão de duas ou mais unidades produtoras de lixo dentro da mesma indicação fiscal, estão sendo tratadas pela Prefeitura mediante atendimento dos requerimentos que foram feitos. E não deverá acontecer na mesma proporção nos próximos exercícios, porque as pessoas, agora sim, atualizaram os seus cadastros. Mas quero dizer o seguinte também: é justo que a pessoa que tenha sua indicação fiscal uma, duas, três unidades produtoras, pague a coleta de lixo de acordo com essa produção. Concordo que o critério adotado por um valor pode não ser o mais justo. O mais justo seria realmente a pesagem ou que valha, porque a pessoa pode dizer: olha, eu moro sozinha no Batel e pago a mesma taxa de lixo do que a pessoa que tem dez na sua família. Então, isso também acontece. O critério de justiça vai ser encontrado diante de uma nova metodologia, mas por enquanto é o critério adotado pela lei. Acho que isso não pode ser descartado, tem que ser estudado e trabalhado, mas não é um problema de Curitiba, é um problema de outros municípios. Com relação à saúde financeira do IPMC eu diria que o IPMC tem um dos maiores valores depositados para RPPS. Temos um plano atuarial de aportes em trinta e cinco anos, é claro que o Município de Curitiba assim como outros entes públicos serão impactados por uma reforma eventual da previdência, que será pelo ponto de vista das contas públicas, muito bem vinda no Município porque a previdência sempre vai apresentar desafios. A conta da previdência hoje é muito alta, porque as pessoas, os servidores da cidade estão ficando mais velhos e aposentando. É uma realidade isso, independente também de quem estiver aqui, vai ter que ser sempre enfrentada. E nós temos que nos acostumar a estudar a previdência de perto, a estudar as melhores formas de financiar a previdência, porque realmente são valores muito expressivos para o Município. No próximo ano, por exemplo, vamos ter quatrocentos e trinta milhões de reais de obrigação para fazer a previdência. Então, o IPMC é saudável sim, mas precisamos continuar estudando medidas de sustentabilidade para o IPMC. Com relação às

perguntas do Thiago Ferro: Agradeço a menção, Curitiba tem de fato trazido esses eventos dos Matsuri, enfim, e outros eventos. Talvez possamos ver um incremento maior nessas feiras, exposições e congressos, diante da redução também do ISS que foi aprovada aqui pela Câmara, de 5% para 2%. Nós estamos sempre procurando novas alternativas de receita, como fizemos com a Uber e a Cabfy, a 99, que devem recolher para o Município em torno de dois a quinze milhões de reais em 2018. Então, temos trabalhado nesse sentido e já entrando um pouco na pergunta da Vereadora Professora Josete, com relação às receitas, o que nós o ISS o que temos feito. Bom, modificamos alguns sistemas, estamos trabalhando na construção civil, me parece o melhor exemplo, a modificação que também foi aprovada aqui na Câmara, vamos implementar até junho/julho de 2018 um novo sistema de ISS da construção civil, que é um segmento muito impactante na arrecadação do Município, preservando as mesmas deduções legais, preservando a possibilidade das incorporadoras, das construtoras se utilizarem dos mecanismos fiscais, mas evitando as fraudes. Acho que com isso vamos ter um acréscimo bastante significativo no ISS. Concordo que é preocupante ISS. Por que a redução de ISS ocorreu? Primeiro, porque Curitiba perdeu um grande contribuinte, que é o HSBC e representava uma parcela muito expressiva do ISS no Município, que o Bradesco, que o adquiriu, não manteve a sua sede aqui, e também decorrente da economia brasileira que se desaqueceu e nós perdemos a arrecadação nesse sentido. Então, temos trabalhado com sistemas, temos trabalhado com Nota Curitibana. Esperamos que vá dar um resultado bastante interessante no ISS. Não estamos também esquecendo dos outros tributos, afinal o IPTU, a Câmara aprovou o crescimento com limitação em 7%, 4% para os próximos exercícios, o ITBI modificamos também. As modificações legislativas que tínhamos que fazer nos tributos e também no ISS, nós fizemos. O ISS tem mais uma questão também, Vereadora, que diz respeito às novas atividades que foram agora incluídas pelo legislador federal, pela Lei nº157, que diz respeito a cartão de crédito, plano de saúde, enfim, que passam a ser pagas a partir desse ano no domicílio do tomador do serviço e não do estabelecimento que está localizado. Isso nós estamos também acompanhando, porque Curitiba deve perder de um lado, por exemplo, planos de saúde, e deve ganhar de outro cartão de crédito. O problema do cartão de crédito é que todos os municípios do Brasil, as capitais, pelo menos, estão se empenhando no desenvolvimento de um sistema por recolhimento desses valores, porque hoje os bancos não sabem a quem recorrer, eles tem cinco mil e quinhentas obrigações com municípios e não sabem como recolher. Então, como isso está sendo feito? Por meio de uma centralização de um sistema, bancado pelas instituições financeiras, foi a forma que se achou até agora, mas tecnicamente, acompanhado pelos representantes, o contribuinte, pela Receita Federal, a SERPRO é quem está fazendo esse sistema, que vai dividir a arrecadação para os municípios dessas atividades de cartão de crédito, planos de saúde, enfim... Isso ainda está sendo implementado e deve ser finalizado no primeiro semestre de 2018. As demais perguntas da Vereadora Professora Josete, com relação à dívida ativa: acredito que estamos em torno de cinco bilhões e novecentos, quase seis bilhões de reais de dívida ativa. Eu disse aqui que estaríamos encaminhando protesto à cobrança nos órgãos de proteção ao crédito e estamos fazendo isso, iniciando com as multas. Por que estamos iniciando com as multas? Por causa do cadastro. Não temos um cadastro tão fidedigno assim para, simplesmente, protestar aos contribuintes que não efetuaram pagamentos aos tributos. E essa é uma prerrogativa da Procuradoria do Município. Então, quem do Município faz a gestão da dívida ativa é a Procuradoria Geral do Município, a Secretaria de Finanças não faz gestão da dívida ativa. Eu só gostaria de esclarecer isso, porque temos conversado muito com a procuradoria, fazendo um esforço muito grande, a procuradoria também, para que essa dívida seja cobrada, porque é injusto o contribuinte que paga estar ao lado do contribuinte que

não paga e não tem nenhuma consequência com relação a isso. Também estamos promovendo outras medidas de Serasa, enfim, cadastro de inadimplentes do Município para dar tratamento a essa cobrança. Antes disso, acredito que com o domicílio eletrônico do contribuinte e com a notificação fiscal eletrônica, devemos prorrogar um pouco essa parte da inscrição da dívida ativa e cobrar de forma mais eficiente a parte administrativa e não judicial do crédito tributário. Então, é isso que nós queremos fazer. Nós queremos alongar um pouco a fase de cobrança administrativa para dar mais eficácia à cobrança do Município. E eu me lembro que a Vereadora, em uma audiência anterior, me perguntou sobre as consequências dos Refis, Refic, e eu mesmo disse que não sou favorável a um Refic permanente. Não sou mesmo. Esse ano nós não temos previsão de Refic, porque o contribuinte se acostuma a não pagar o tributo corrente e aguardar um parcelamento da dívida. Nós não temos previsão do Refic este ano, pretendemos apertar mais a cobrança na parte administrativa e trabalhar em conjunto com a Procuradoria do Município para protestar, encaminhar a cobrança mais efetiva da dívida ativa do Município que eu reconheço, tem sim que ser cobrada de uma forma muito mais ágil e muito mais efetiva. Com relação às receitas de convênios: O orçamento de 2017 foi feito em 2016 e eram previstas verbas que não se realizaram. Existem convênios da União, eu não sei, até vou pedir para o Claudinei anotar esta questão e passar por escrito para a Vereadora, não sei dizer quais exatamente não foram realizadas. Eu posso dizer dois. Existia um reembolso da Copa, Cepac COPA, que o Município contava em torno de cinquenta milhões de reais que não foram recebidos, porque a Caixa Econômica Federal cancelou o repasse dessas obras. Então, existem alguns recursos que havia previsão e que a previsão não se realizou pelo cancelamento seja da Caixa Econômica Federal ou da própria União, aliás, a União apertou bastante as despesas em 2017, que não foram transferidas para o Município. Com relação às despesas correntes - ODC. É aquilo que eu falei. A ODC são outras despesas correntes que é justamente a despesa de custeio do Município. Por que a ODC cresceu? A ODC cresceu porque justamente o município absorveu essas despesas dos exercícios anteriores no seu orçamento de 2017. A outra parte foi para a dívida consolidada. Então, a dívida fundada. A dívida fundada é paga a longo prazo, em torno de sessenta prestações e ainda não apareceu neste orçamento. Vai aparecer como dívida nos próximos orçamentos. O percentual exato do que isso corresponde no índice da saúde e da educação eu não tenho aqui. Vou pedir para o Claudinei também encaminhar esse dado, mas o nosso cálculo é o seguinte: a cada quarenta milhões equivale a 1%. Esta é uma boa base para o índice. Nós vamos calcular e vamos encaminhar por escrito para a Vereadora neste sentido. Se eu não abrangi alguma coisa, fico à disposição depois para que seja encaminhado.- O Sr. Tito Zeglin:- Solicito mais trinta minutos de prorrogação.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Tito Zeglin foi APROVADO.- Se pudermos ser mais objetivos, aí acho que todos serão contemplados. Vereadora Julieta Reis, a senhora tem algumas perguntas para o Secretário do Público.- JULIETA REIS:- (Lê) A pergunta é da Soraia, do Sismuc: O gasto de pessoal está 41,80% por conta do congelamento dos salários dos servidores em trinta meses. A gestão se empenhará em valorizar os servidores ou continuará usando recursos para asfalto e empresas de ônibus? A próxima pergunta é de Prebianca, do Sigmuc: Quais são as despesas que correm por fora do orçamento? E da Soraia Cristina Borba: tendo em vista a redução de gastos no ano passado por conta do pacote fiscal, qual a previsão dessa Secretaria para o reajuste dos servidores? São as três perguntas.- O SR. PRESIDENTE:- O Secretário pode fazer a devolutiva, na sequência entramos com as perguntas dos Vereadores.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Agradeço as perguntas, parece que duas são um pouco parecidas, vou começar pela do Sigmuc. Quais são as despesas que correm por fora do orçamento?. As despesas de custeio. Então, nós

tínhamos o exemplo mais clássico que é o lixo. Nós não tínhamos orçamento para o lixo. Vamos dar o exemplo de 2017. O que aconteceria em 2017 se o plano não tivesse sido aprovado? Tínhamos um orçamento deficitário em oitenta milhões de reais, o lixo da cidade não iria parar. O que iria acontecer? Iria acontecer uma rolagem dessa dívida, o contrato se realiza independente da previsão orçamentária, porque nenhum prefeito obviamente vai mandar parar a coleta de lixo na cidade. Então, esse contrato continua independente de ter orçamento. Quais contratos estavam sem previsão orçamentária. Inúmeros contratos. Todos aqueles que estamos reconhecendo: limpeza, empresas de limpeza, coleta de lixo, merenda escolar são grandes contratos, segurança, construtoras, existiam várias despesas que corriam por fora do orçamento. Com relação as perguntas de reajuste, o limite é em torno de 46% devido a correção no plano de recuperação e o reajuste, claro, sempre vai depender da capacidade do Município e do crescimento das receitas do Município para fazer frente a essas despesas. Nós vamos retomar essa questão no momento adequado, é interesse do Município, mas de forma responsável sempre. Eu queria dizer que o Município vem de um desencaixe orçamentário que não se resolve em um ano. Claro que tivemos um resultado muito expressivo e muito interessante em apenas doze meses devido ao esforço de todos, mas nós não conseguimos simplesmente dizer que está tudo resolvido. Por exemplo, por que o reajuste em 2017, a data-base de outubro não foi concedido? Porque o Município tinha e tem um deficit orçamentário em torno de duzentos e cinquenta milhões de reais, para ser resolvido neste ano. O que é esse deficit orçamentário, eu estou tentando fechar as pontas aqui. Esse deficit orçamentário é justamente o tratamento dessas despesas que se não forem arrumadas vão correr por fora do orçamento. Então, precisamos remanejar e achar recursos para cobrir essa quantia de duzentos e alguns milhões de reais para fazer frente ao custeio da cidade. Isso, veja, o que Curitiba tinha de dois bilhões e cento e noventa e quatro milhões de reais, eu falo vírgula, vírgula, os números que nós temos, para um valor de duzentos e cinquenta milhões de reais, a redução foi imensa, este é o valor do orçamento da Cidade. Eu quero dizer de volta, nós não temos despesas na cidade fora do orçamento atualmente e vamos continuar assim. Esta questão do reajuste tem que ser tratada. É claro que o Prefeito já conversou comigo diversas vezes. Temos, sim, que tratar essa questão e vamos tratar, mas sempre com essa responsabilidade. Então, sabemos dessa angústia de não ter sido concedido o reajuste o mês passado, nós pedimos a compreensão porque nós não tínhamos mesmo a condição de dar reajuste. O valor que foi proposto, para você ter ideia do impacto, é em torno de 1,5%, 2%, um pouco menos de 2%, em torno de cem milhões de reais. Para o Município é um valor que não tinha, pesava muito. Nós vamos refazer os cálculos. Neste ano vamos dar tratamento a esse deficit e vamos verificar o que é possível fazer para reajuste no momento adequado.- O SR. PRESIDENTE Vamos abrir agora às perguntas dos Vereadores Noemia Rocha, Professor Euler e Felipe Braga Côrtes.- Noemia Rocha:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero parabenizar o Puppi por estar aqui explanando. Ele tem os números com muita facilidade, eu não tenho, mas vou tentar fazer da melhor forma a pergunta. Secretário, tenho uma leitura de tudo o que V.Sa. disse aqui em Plenário, todo o contexto. Não tenho detalhes, mas o que eu entendo, Secretário... na legislação passada, para ter uma noção, no início do mandato eu era a única do partido do PMDB, oposição nesta Casa, o restante era tudo base. No final fomentou um pouquinho mais. Tive muita dificuldade de avaliação e de acompanhamento. Penso que falar do gestor passado, não digo V.Sa., mas o que estou ouvindo aqui, temos que fazer uma mea culpa, porque é uma responsabilidade nossa buscar transparência. Tenho percebido também que o pacote é a salvação da pátria. Pela sua explanação, não vejo isso! Pelo menos a princípio não estou conseguindo visualizar toda essa salvação em relação às finanças. O que eu vejo, principalmente

em relação à saúde, é uma participação mais efetiva do governo do Estado, que nos traz um alento porque concordo, não havia esse trabalho da União para com o Prefeito anterior, e faço aqui uma defesa sendo oposição a ele. Gostaria de saber, por exemplo, foi falado da retirada dos seiscentos e oitenta milhões do IPMC, eu queria entender mais detalhadamente essa questão. E quero saber quando vamos ter uma expectativa de retorno, uma visibilidade das medidas do ajuste e em que tempos vamos sentir esse impacto? O Prefeito mencionou que o orçamento está aliviado e queremos saber qual é o investimento para 2018 em relação a essa questão. Quanto foi, na verdade, a redução de despesas com a extinção de algumas secretarias? A gente vê que em algumas outras secretarias houve um aumento de investimento e queremos entender por que os servidores foram remanejados? Outra questão, auditoria fiscal: Houve ou está havendo alguma medida de uma gestão moderna na área de arrecadação dos auditores fiscais? Porque ouvimos aqui que se houvesse um investimento nessa área teríamos sim um retorno significativo talvez de oito vezes mais em relação ao retorno do município, e se já está no cronograma que nos interessa o orçamento das emendas parlamentares. Muito obrigada.- Professora Josete:- Só uma dúvida, Presidente. (Assentimento). Sempre abrimos a possibilidade para as pessoas fazerem perguntas verbalmente. Por que hoje isso não foi garantido para as pessoas que estão acompanhando a sessão? O SR. PRESIDENTE:- Ontem pedimos que as pessoas colocassem por escrito, até mesmo para ficar registrado em Ata. Essas perguntas foram feitas dessa forma. Podemos modificar na próxima Audiência, pedir que utilizem o microfone. E ontem o nosso microfone externo estava com defeito. Pedimos já o conserto. Mas a participação não foi impedida, Vereadora. Todas as perguntas estão sendo respondidas.- Professora Josete:- É que na verdade algumas pessoas não fizeram por escrito porque não teve essa explicação no começo. E as pessoas gostariam de se manifestar verbalmente.- O SR. PRESIDENTE:- Pode fazer a inscrição. Na próxima Audiência voltamos ao sistema do microfone. Próximo inscrito, Vereador Professor Euler. Na sequência, Vereador Felipe.- Professor Euler:- Primeiramente agradecer ao Secretário Dr. Puppi por mais uma vez estar presente aqui e fazer uma explicação tão clara das coisas. A primeira pergunta se refere, e sei que é difícil ter conhecimento sobre todas as áreas, apesar de estar na Finanças que passa por todas, mas se refere ao fundo rotativo das escolas. Rotineiramente, e não é só nesta gestão, na gestão anterior ocorreu também, a quinta parcela do fundo rotativo não tem sido repassada às escolas. Eu queria saber o motivo disso porque é algo que prejudica demais as escolas no final do ano e para recomeço das aulas, e se é possível que esse repasse da quinta parcela volte a ser feita a partir deste ano? A Vereadora Noemia acabou tratando de alguns assuntos que eu ia tratar, então vou para outro. O déficit atuarial do IPMC é calculado em cerca de quinze bilhões de reais, e a retirada dos mais de seiscentos milhões de reais e agora os seguidos desinvestimentos do IPMC para pagar seus compromissos tem feito o patrimônio do instituto diminuir. Essa situação não levará, inevitavelmente, ao colapso do IPMC? E, por último, não havendo crescimento das receitas, conforme foi aprovado, prevê-se que não haverá reajuste ao salário do funcionalismo. A retirada do FUC da base de cálculo não faz, inevitavelmente, com que seja impossível termos um crescimento nas receitas? Era isso, Secretário. Obrigado. -O SR. PRESIDENTE:- Vereador Felipe Braga Côrtes.- Felipe Braga Côrtes:- Primeiramente, quero parabenizar o Secretário pela apresentação. Vou ser bem rápido. São três temas diferentes. A questão do IPMC e essas compensações realizadas com o IPMC foram apontadas como irregularidades na auditoria da Subsecretaria da Previdência Social do Ministério da Fazenda, e ainda existem ações judiciais questionando a legalidade dessas compensações. A compensação dos seiscentos e noventa e dois milhões do IPMC foi utilizada? Onde? Não seria mais seguro fazer um fundo para eventual ressarcimento desse recurso ao IPMC, caso a



Prefeitura não tenha êxito no Judiciário? Inclusive, o próprio Certificado de Regularidade Previdenciária está sob judge. Essa é uma questão. A outra, voltando à questão do lixo, é que nós entramos com um projeto de lei para que se retome a questão do limitador. Onde o limitador, Secretário, acabou pegando? Evidente que ele pegou nas residências. As residências têm duzentos e poucos reais, que é a taxa. Então, aquele que pagava o IPTU abaixo de duzentos e pouco, acabou incidindo também. Mas incidiu demais. Vamos dar um exemplo: em salas comerciais e comércios menores. As salas comerciais, por exemplo, muitas delas não usam mais nem papel, jornal, etc, e foram para quatrocentos e setenta e dois reais. Eu tenho alguns exemplos aqui: a média de uma sala comercial de quarenta metros quadrados, dependendo de onde ela está, é cento e setenta, cento e oitenta reais o IPTU anual. Aí é que deu essa diferença. Fizemos um projeto de lei analisando essa fatia, para ver se há um entendimento, nem que não seja nossa proposta, que seja da base, enfim, isso não vem ao caso. E a última questão, que é saindo um pouco do que estamos conversando aqui, mas tenho essa preocupação: já que participei desde o início disso, existe a questão do potencial construtivo da Arena da Baixada. Temos trinta milhões, e já fiz um pedido de informações recentemente, no ano passado se não me engano, como é que está essa venda desse potencial? O inicial foram trinta milhões, mas no total são cento e vinte milhões. Se essa venda está ocorrendo e como está acontecendo? E a outra questão, que envolve também isso, que é se Vossa Senhoria sabe como está o processo, a ação judicializada, na questão da desapropriação da Arena da Baixada, daquela área, que hoje deve estar em torno de vinte, vinte e cinco milhões de reais, que não foram ressarcidos aos cofres públicos? Vejam, foi desapropriada com um interesse público uma área, os cofres públicos pagaram, e até hoje não se viu a cor do dinheiro, porque está judicializado. Eu não sei como está essa ação. Eram essas as perguntas. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Devolvo a palavra ao Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Agradeço as perguntas. Vereadora Noemia Rocha, vou tentar ser mais objetivo para dar tempo. O resultado do ajuste é aquilo que eu tenho dito: nós saímos de um cenário de dois bilhões, cento e noventa e quatro milhões para um cenário positivo na verdade; embora tenha uma realidade, como é normal, em 2018. Mas, veja, é muito difícil. Eu comecei a minha apresentação falando isso.- Às vezes é muito difícil transmitir os ganhos financeiros para a população. Mas me parece que o resultado mais objetivo são essas coisas que eu falei na apresentação: estamos pagando absolutamente em dia os nossos contratos, os salários, os vencimentos, tivemos a capacidade de adiantar o salário do décimo terceiro, e também o salário de dezembro pudemos adiantar. Note que anteriormente não eram sequer pagas algumas rubricas, como hora extra, enfim, eram deixadas para frente, e nós estamos pagando rigorosamente tudo em dia. Esse é o resultado justamente desse pacote, desse ajuste fiscal. Com relação à saúde, e aqui queria deixar mais uma vez claro, o Governo Estadual realmente cresceu em torno de vinte milhões de reais, por meio de convênio, em saúde, mas eu mostrei que a verba do SUS caiu aproximadamente isso, se não mais. Então, uma conta equilibra a outra. Nós não tivemos, eu também, meu juízo é muito mais técnico, não político, mas nós não tivemos em 2017 esse auxílio que se diz que o Município teve, até porque, esse auxílio demora a chegar, nós temos uma boa vontade do Governo Estadual, que prezamos muito, é muito importante ao Município isso, mas em 2017 os recursos, com exceção desse dinheiro da Saúde que acabou equilibrando a conta do SUS, não chegou, vai chegar em 2018, oxalá eu espero assim. Com relação ao IPMC, vou tentar responder ao final junto com a pergunta do Vereador Felipe, acredito que daí eu posso falar nesse sentido. A redução de despesas com secretarias, o que eu posso falar de números com relação à cargos e funções, são duzentas e noventa e seis funções e cargos, os dois somados a menos do que em 2016. e então, isso tem uma economia significativa. Com relação

à estrutura em si, eu não posso dizer, porque não tenho número. Teria que calcular realmente o número, eu vou pedir, se for possível, para o Claudinei também anotar isso e passar para a Vereadora. Com relação à gestão da arrecadação, a mais moderna, é aquilo que eu disse, isso é algo enfrentado esse ano, nós não chegamos ainda onde queríamos chegar, dependemos sim de investimentos e sistemas, em pessoas, temos a necessidade de fazer com que o auditor fiscal, que é muito valioso para o Município, trabalhe muito mais nas suas funções do que funções que podem ser atendidas por outras pessoas com custo, inclusive, menor, uma agilidade maior, estamos trabalhando com isso, temos um projeto nesse sentido para otimizar a arrecadação e a função dos auditores fiscais, pretendemos enfrentar isso nesse ano. Isso leva tempo, nós não conseguimos enfrentar no ano passado, existem resistências, porque tudo que se muda realmente é um pouco complicado, mas vamos sim enfrentar, eu mesmo estou insatisfeito com essa questão, e acho que nós precisamos sim melhorar na parte de otimização da nossa arrecadação e também do trabalho dos auditores. Com relação às emendas orçamentárias, nós temos sim a previsão orçamentária, temos recursos reservados, programados não de uma vez só, mas ao longo do ano para assim, na medida da disponibilidade financeira, serem atendidos e devem ser atendidos. Se eu não atendi algo, por favor, me passem. Vereador Professor Euler, eu agradeço também as perguntas, o Fundo Rotativo da Educação, o dinheiro que vai é o dinheiro necessário. Entre cinco ou quatro parcelas, o que me parece mais importante é cobrir as despesas das escolas, isso nós temos garantido. Com relação à destinação desse recurso, ele sempre é destinado para área de educação, tecnicamente nós nem temos como tirar dinheiro do Fundo Rotativo e predestinar para outras áreas. Então, a questão das quatro, cinco parcelas eu pediria que fosse levada a questão à Secretária de Educação, porque realmente não tenho conhecimento nesse sentido. A questão do IPMC, e aqui acho que já respondo a pergunta do Vereador Felipe e da Vereadora Noemia, o fato de existir um deficit atuarial, ele é inerente ao próprio sistema de previdência. Por que existe um deficit atuarial? seria todo o dinheiro que o Município teria que ter hoje em caixa para bancar a aposentadoria de todos os servidores. Nenhum regime próprio de previdência, muito menos o Governo Federal, aliás, o Governo Federal a discussão é muito maior, tem superavit atuarial, então, o sistema já nasce com deficit atuarial. A compensação do valor não afetou em nada a questão do equilíbrio financeiro do IPMC, porque o Município, ao contrário do que vinha sendo feito em 2015, 2016, passou a garantir os aportes. Eu acho que o mais importante até é a garantia do valor do aporte, em 2017 foram duzentos e trinta e dois milhões, esse ano, trezentos e treze, quatrocentos e trinta e três, no próximo, quatrocentos e noventa e cinco e, assim vai, e ter essa garantia, isso sim conta para o equilíbrio atuarial. Não houve, a situação patrimonial do IPMC é praticamente a mesma em 2016 do que é agora. Então, é claro que essas compensações, o dinheiro do IPMC que o Vereador Felipe falou, nós não sacamos o dinheiro, o que nós fizemos? Nós abrimos espaço no orçamento e compensamos com essas obrigações no Município e ele já regressou integralmente para o IPMC. Nós não temos mais saldo a utilizar com relação a esse recurso. Então, esse valor retornou ao IPMC, ele não foi aplicado na saúde, na educação, ele retornou ao IPMC. É importante dizer, a previdência, repito, é uma tema que tem que ser enfrentado. Se acharmos outras formas de melhor atender a capitalização do IPMC, nós vamos, sim, atender. Nós estamos estudando constantemente o IPMC, porque é uma despesa muito significativa para o Município. Para se ter uma ideia da grandeza, trezentos e treze milhões de reais, a educação, sem pessoal, tem duzentos e trinta e oito milhões de reais de custeio este ano. É muita coisa para o Município. Então, nos temos, sim, essa despesa e poderemos pensar em novas formas de capitalizar o Município e aliviar sua obrigação financeira. Com relação ao reajuste de salários e o FUC. Não tem relação,

Vereadora. O FUC simplesmente sendo subtraído do limite de despesas criou um novo limite que está em 46,03%. Salvo engano, nosso limite prudencial é de 51,03%. Então, a depender do limite há espaço. A questão não é a do limite do FUC. A questão é orçamentária e financeira sempre.- Professor Euler:- Só um comentário: é que a legislação aprovada o ano passado aqui, que fala que se não houver aumento na receita, tinha que ser limitado a 80%.- O SR. VITOR PUPPI:- Deixa eu esclarecer: isso não diz respeito ao FUC, diz respeito a um outro artigo da lei que diz que a variação da despesas com pessoal ativo não pode ser superior a 80% do crescimento, da variação da receita corrente líquida. Então, como a receita corrente líquida cresceu entre 2016 e 2017, haveria, teoricamente, espaço. O limite do FUC também não é impeditivo. O que pode existir e nós sempre temos que estar vigilantes é, nós precisamos dar tratamento sempre a essas obrigações do Município. Vamos voltar à questão do lixo, desculpem insistir, mas nós precisamos sempre ter essas obrigações cobertas, para daí pensar, sim, em espaço. O que não dá é simplesmente se pensar isoladamente na despesa com pessoal sem dar o tratamento. E como o Município vinha num desequilíbrio muito grande, até que se chegue nessa equalização, demora algum tempo. Como eu disse, este ano nós temos compromisso e temos a intenção de trabalhar neste sentido.- Professora Josete:- Só para esclarecimento, porque acho que essa é uma dúvida importante. Quando retiramos o recurso do FUC, na prática, tem uma queda da receita corrente líquida. Então, o que o senhor está querendo dizer é que não vai ser contabilizado, o comparativo entre 2016 e 2017 não vai ser contabilizado o FUC de 2016. Se for ambos sem FUC ok, mas se considerarmos esse ano a retirada do FUC e no anterior não, aí nós temos uma queda na receita.- O SR. VITOR PUPPI:- Perfeito o raciocínio. Nós nem poderemos fazer isso, não seria correto. A receita corrente líquida o crescimento com FUC ou sem FUC, é o crescimento da receita. A retirada do FUC é só para fins de limite de pessoal. O restante, a receita corrente líquida, o crescimento dela com FUC ou sem FUC, se nós considerarmos sem FUC, temos que tirar também o FUC dos últimos anos para ver o quanto cresceu, certo? Claro! Sem dúvida nenhuma! Com relação às perguntas do Vereador Felipe, acho que já consegui abranger. As questões da Arena da Baixada. Nós não fizemos nada diferente, não introduzimos nenhum decreto novo nem projeto de lei. Isso eu posso assegurar. Eu sei que existe uma ação judicial, não tenho as informações, pediria, também, nesse sentido, para encaminhar à Procuradoria do Município. Com relação àquelas desapropriações, o potencial construtivo do Município é da mesma forma daquele acordo de 2012. Enfim, é a mesma coisa que está sendo feita desde então. O Município tem dinheiro do potencial construtivo, utiliza. Eu acredito que a Secretaria de Urbanismo poderia esclarecer um pouco melhor a destinação desse dinheiro.- Felipe Braga Côrtes:- Eu vou fazer um pedido de informação. A ideia era saber quanto foi negociado do potencial construtivo. Só a pergunta do lixo, Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Lixo, eu volto a dizer: lixo é uma questão que merece reflexão. O valor do imóvel residencial é duzentos e setenta e cinco reais, salas comerciais quatrocentos e setenta e um reais. Esse é um valor que já vem de anos, ele foi fixado na lei 40 há bastante tempo. Existia essa limitação, pode mesmo ter acontecido, deve ter acontecido algum impacto. Mas daí, precisamos ter um critério. Acho que o primeiro da discussão tem que ser o seguinte: o Município hoje precisa do dinheiro da taxa de coleta de lixo para manter a atividade funcionando. Essa é a permissão principal. A distribuição desse valor pode ser debatida. Qual é o critério, se os valores são condizentes ou não? Acho que podemos sim chegar a alguma equação diferente nesse sentido. Mas isso demanda estudo. Porque não podemos abrir mão da previsibilidade dessa receita. Hoje no Município nós ainda contamos os centavos mesmo.- Felipe Braga Côrtes:- É importante que a Secretaria tenha essa abertura com todos os Vereadores. Todos tem suas demandas e sugestões. Acho que seria

importante isso. É evidente que precisa, mas acho que fica bem tratado dessa forma. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Até vou fazer uma sugestão ao Secretário. Que façamos uma reunião, com um convite à Secretaria no futuro. Depois que fizer o fechamento Muitos contribuintes fizeram pedido de isenções, reduções. Queremos que a Prefeitura apresente a esta Casa, para que naquela oportunidade os Vereadores pudessem fazer algumas sugestões. Podemos abrir uma Sessão, ou reunião, ou audiência, como acharem melhor. Mas vamos aguardar o fechamento desses estudos, para voltarmos a debater esse tema, que é muito latente na Cidade.- O SR. VITOR PUPPI:- Perfeito, Presidente. Estamos à disposição. Acho que essa é uma discussão que tem que ser feita com responsabilidade. Mas assim que os números estiverem "atados" vamos sim, estamos à disposição para apresentar à Câmara. Só para finalizar, a questão do lixo é uma discussão que merece sempre a reflexão, mas precisamos ter a premissa de que o Município precisa também do dinheiro da taxa para bancar a atividade na Cidade. Até porque se não tiver, vamos pagar de qualquer jeito. O contribuinte vai pagar de qualquer jeito, como está sendo instado a pagar trinta e oito milhões de reais de juros e correção. - O SR. PRESIDENTE:- Vou passar para mais uma pergunta, de um cidadão. A Vereadora Julieta Reis fará a leitura da pergunta pública. Na sequência o Vereador Ezequias Barros, Vereador Pier Petruzziello e Vereador Colpani.- JULIETA REIS:- Pergunta de Luiz Carlos de Jesus Andrade, do Sindicâmara. "O FUC é retirado da base de cálculo para despesas com pessoal. Segundo o Sr. Secretário esse é um recurso que o Município efetivamente não conta. Não é prejudicial que esse recurso seja utilizado na hora de pedir empréstimo, já que está inflando a capacidade de pagamento do Município?" Essa é a pergunta, Sr. Secretário.- O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Agora vou passar ao Vereador Ezequias Barros.- Ezequias Barros:- Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sr. Secretário. Parabéns pela sua explanação. Só não vê a melhora no Município quem não quer ver. Em tudo. É sair pela Cidade e ver o que está acontecendo. O senhor trazia para nós aqui de uma dívida de 2,2 bilhões e hoje devemos duzentos milhões, então não existem argumentos. Não é? Quero perguntar para o senhor: se houver pessoas que pagaram taxa de lixo dobrada, em imóveis, até porque a pessoa ficou ali, recebeu e não fez, não foi atualizar e pagou. Essa pessoa poderá fazer, ter um retorno para que no ano seguinte não tenha que pagar, talvez até o estorno desse valor? Outra coisa, o senhor já falou, mas gostaria que colocasse de uma forma melhor para todos nós da base de Vereadores, qual foi a importância de todos contexto da aprovação, pelos Vereadores da base, de todo pacote? Obrigado Secretário.- O SR. PRESIDENTE:- Vereador Colpani.- Colpani:- Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Secretário Puppi e toda sua equipa aqui presente. Estou indo para o quinto ano de mandato aqui e é a primeira vez que vejo números tão positivos. Só quem viveu a outra Legislatura sabe que não havia dinheiro nem para comprar tinta para pintar o asfalto, nem equipe de roçada, enfim... Secretário, gostaria de fazer um desagravo também aos meus colegas Vereadores, à Câmara Municipal que passou o que passou no ano passado, com invasões, agressões, ter que sair daqui para votar o pacote, o plano de recuperação de Curitiba. Chamem do que quiser e como bem disse o Vereador Ezequias Barros, só não vê quem não quer. E contra números não há argumentos. Muito obrigado. Era isso!- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Pier Petruzziello. Pier Petruzziello:- Sr. Presidente, da minha parte, só cumprimentar toda equipe das Finanças, todos os servidores de carreira e comissionados que estão fazendo parte da Secretária, na figura do Secretário Vitor Puppi e também do nosso colega Breno, que se faz presente. Dizer que como Líder deste Governo me sinto leve, feliz e honrado, por estar fazendo realmente aquilo que é do nosso dever, transformar o Município de Curitiba e por consequência a vida das pessoas. Quando você transforma atos que parecem simples em atos de coragem, é que se mostra a verdadeira face do homem

público, aquele que não deve nada a ninguém, a não ser à população de Curitiba. E eu quero destacar o Secretário Vitor Puppi, um Secretário que escolheu muito bem a sua equipe e que faz hoje junto com ela, com esta Câmara e com o nosso Prefeito Rafael Greca, a cidade evoluir. Parabéns Secretário. O que nós passamos, sabemos o que iríamos passar, mas sabíamos e confiávamos no senhor, na sua equipe e também no Prefeito de Curitiba. O resultado está aí e vamos melhorar muito. Tenho certeza disso. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Temos três minutos e pergunto aos Vereadores se podemos estender por mais dez minutos e aí o Secretário fará o encerramento. Pode ser assim? Acrescentamos mais dez minutos? Entendendo que prorrogamos por mais uma hora e mais dez minutos, para que os senhores entendam que é importante essa Audiência, se assim os líderes entenderem. Podemos estender a Sessão. Em votação. (Pausa). APROVADA. Com a palavra o Vereador Tito Zeglin.- Tito Zeglin:- Eu sempre achei que a prestação de contas da Câmara pudesse ser desvinculada desse momento tão especial, que estamos vivendo aqui, porque ter o Secretário conversando conosco, mostrando esses números maravilhosos que ele não mostrou no ano passado, porque não tinha, mas agora tem. Estão bastante favoráveis e me enchem os olhos de entusiasmo, pois vejo que a Cidade está crescendo, graças ao que esses bravos Vereadores aprovaram no ano passado. Mas Secretário, no ano de 2016, exatamente no dia 22 de novembro de 2015, confiando no Prefeito que foi eleito, eu apresentei uma emenda parlamentar, depois de uma reunião ampla com os moradores da região e escolhemos uma única rua, entre tantas, porque o Prefeito na época da campanha tinha até dito que passava mal quando passava pelas ruas cheias de buracos. O que aconteceu? Apresentei uma emenda no valor de quinhentos e oitenta mil reais e infelizmente essa emenda não foi atendida no ano passado, que era 2016 para 2017. Eu pergunto ao senhor, para onde foi esse dinheiro? Foi gasto em outra coisa? Vamos empregar esse benefício para a comunidade da região? É a Rua Odair Pazello, com oitocentos metros de comprimento, com valor da emenda de quinhentos e oitenta e um mil reais. Se o senhor puder nos ajudar nesse sentido. No mais, não precisa ser agora, depois conversamos.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Goura.- Goura:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma saudação ao Secretário Vitor Puppi e a toda equipe da Secretaria de Finanças e também aos servidores que acompanham essa Sessão. Começo a minha fala, Presidente Serginho, na verdade respondendo a sua pergunta inicial, os recursos devolvidos pela Câmara Municipal, em 2013 subsidiaram o transporte coletivo da Cidade, e em 2016 honraram o pagamento do décimo terceiro dos servidores. Então, primeiro ponto. Segundo ponto, Secretário Puppi: eu queria pedir que o relatório pudesse ser enviado para nós, Vereadores, com antecedência. A Secretaria de Saúde já adotou essa prática, e poderia ser estendida também por mais tempo para podermos nos preparar melhor, para fazermos um debate mais qualificado aqui. Então, se também a Secretaria de Finanças adotar esse procedimento tenho certeza que será muito positivo. Talvez uma correção, não sei, o senhor falou que houve um decréscimo de arrecadação do IPVA de trezentos e cinquenta e oito milhões, em 2016, e trezentos e sessenta e dois em 2017. Eu não sei se foi um erro ali. Só essa adequação. Quarta questão, o senhor falou que houve também duzentos e noventa e seis cargos a menos ou funções gratificadas. No entanto, a informação que recebemos da Prefeitura, de cargos comissionados, meio que se equivalem ao que estava sendo praticado em 2016. No entanto, mesmo na SMELJ temos uma situação que em 2016 foram 3.8 milhões de reais, e em 2017, 4.3 milhões de orçamento; e com treze cargos em 2016, e com vinte e três cargos em 2017. Então, também uma situação que merece um esclarecimento. Uma adequação também, se o senhor me permitir, que foram as demissões do plano da Urbs. O dado que eu tenho é que foram cento e sessenta funcionários, pessoas que foram demitidas, isso está na Justiça, não se concluiu. Por fim, Secretário, falou-se muito

de lixo. Nós temos o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Se a Prefeitura aderir a esse Plano eu tenho certeza que vamos reduzir os gastos do lixo na Cidade, sem necessariamente criar mais ônus para a população. Agradeço.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Osias Moraes.- Osias Moraes: Obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Faço uma saudação ao nosso Secretário Vitor Puppi e a toda sua equipe, e já os parabeno por esse trabalho que têm feito esse ano e ao longo do tempo que vai ficar na Secretaria. É muito gratificante olharmos um pouco para trás Aliás, ele já respondeu as minhas perguntas, os meus questionamentos anteriormente. Mas, é muito importante olharmos um pouquinho para trás e ver o quanto a coragem nos faz trazer resultados. Coragem de valorosos vereadores, não só da Base, quanto os da Oposição, que fizeram os seus questionamentos, que fazem até hoje, mas os resultados mostram que nós estávamos no caminho certo, que Curitiba está no caminho certo. Parabeno também o nosso Líder, Vereador Pier, que foi bravo nessa luta, foi corajoso diante das dificuldades que nós enfrentamos, porque diante da tempestade nós temos que olhar para um único alvo, crendo na esperança de que podemos fazer a virada. E essa crise, Presidente, nos mostrou que somos capazes de vencer com coragem e dedicação. Parabéns ao Prefeito! Parabéns ao Secretário!- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência a Vereadora Julieta Reis fará a leitura da pergunta do público.- A Sra. Julieta Reis:- A pergunta é do Roberto Prebianca e diz o seguinte: "Dois bilhões, setecentos e quarenta e cinco milhões de despesa com pessoal é menos do que 46,51%. Quem é que errou no cálculo do folder?"- O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Passo a palavra ao Secretário e, na sequência, faremos o encerramento.- O SR. VITOR PUPPI:- Primeiro, quero agradecer as palavras dos Vereadores. Eu realmente agradeço a confiança nos projetos e nas atitudes desta gestão. Obrigado aos Vereadores Colpani, Pier, Osias Moraes, Tito Zeglin, Ezequias, enfim, e eu sei que meu tempo urge aqui, então eu serei bastante objetivo. Começando pelas perguntas do público, o cálculo de limite de pessoal é uma metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, enfim, podemos encaminhar sem problema algum cálculo, não é bem esse. Você teria que incluir outras despesas nessa base de cálculo e deduzir as receitas em algumas entradas. Mas o cálculo oficial, ele é auditado pelo Tribunal de Contas do Município, é de 46.3, e nós temos bastante segurança até porque é um dado, uma fórmula matemática que preenchemos. Com relação ao FUC, sobre se incrementar a receita para limites de operações de crédito: O nosso limite para operação de crédito é 120% segundo o Senado Federal, e nós estamos em 2%. Então, do ponto de vista teórico poderia sim ser interessante essa colocação, mas na prática ela é completamente despendida porque nosso limite de endividamento é muito, muito baixo, porque nós temos espaço para operações de crédito. O Vereador Ezequias me perguntou da taxa de lixo dobrada. Temos um prazo para as pessoas reclamarem. Este ano foi até nove de fevereiro. Quem protocolou o seu pedido - tivemos em torno de cinco a seis mil pedidos de revisão da taxa de lixo e do IPTU - esses pedidos serão analisados. Da maioria absoluta desses pedidos, a atualização cadastral é justamente em razão da taxa de lixo, das pessoas que não tinham o cadastro atualizado na Prefeitura. Para os próximos anos, quem atualizou o cadastro não precisará atualizá-lo anualmente. Mas a pessoa vai ter que comparecer na Prefeitura. Nós temos por exemplo pedidos de redução do IPTU para aposentadoria. Quem é aposentado tem redução do pagamento do IPTU. Então precisamos sempre demandar que o contribuinte compareça à Prefeitura. O que pretendemos é facilitar esse atendimento por meio eletrônico e internet. Já vai começar no INSS assim, esse sistema de autoatendimento já está pronto, depois expandir para o IPTU. Mas a pessoa tem que comparecer no prazo para reclamar o direito à redução, enfim, ao que ela entender necessário. Com relação à importância do pacote, eu me penitencio, porque é muito difícil para qualquer Secretário de Finanças mostrar o que é o

resultado. Mas é muito bom sabermos que as contas estão sendo pagas em dia e que não temos nada fora do orçamento, e que nós não temos salários ou verbas atrasadas. Esse é o resultado. Temos desafios, mas o resultado do ponto de vista financeiro, é sempre esse. E claro, a médio prazo aumentar a capacidade de investimento do Município. Já fizemos um orçamento 2018 incrementando mais a dotações orçamentárias de despesas de capital. A pergunta do Vereador Tito Zeglin: essa emenda, a de quinhentos e oitenta e um mil reais, eu não sei se essa rua está ou não incluída nesse novo remanejamento. Isso está a cargo da Secretaria de Governo encaminhar ao Secretário de Governo. Ele é quem tem estudado as ruas, enfim, e trabalhado com relação às emendas. Existe previsão orçamentária das emendas que serão disponibilizadas e liberadas conforme o fluxo. Esse ano sim. Então serão liberadas sim. Existe um fluxo para isso. As perguntas do Vereador Goura com relação ao relatório e venda com antecedência, é publicado com antecedência, vamos sim pensar e encaminhar aos vereadores. Trouxemos esse fôlder com alguma coisa resumida sobre o que foi feito, mas podemos pensar em alguma coisa que facilite. O IPVA parece que está com números corretos, mas a interpretação está diferente. O que acontece com o IPVA é que ele teve em 2016 um valor total de trezentos e cinquenta e oito milhões, em 2017 trezentos e sessenta e dois milhões, mas a variação é negativa porque sempre descontamos a inflação de todas as rubricas. Então a negativa em 0,74%, e descontando a inflação do período em torno de 2,9%. Com relação aos cargos comissionados, o que eu tenho é um número geral, entre cargos e funções. É importante lembrar, até porque as funções em sua maioria são ocupadas por servidores de carreira do Município, nós temos duzentos e noventa e seis a menos, no total, não com relação a uma secretaria ou outra, tem que ser encaminhado para Secretaria de Esporte, enfim, esse questionamento. Com relação ao lixo, aos gastos, gostaria de lembrar uma coisa: dentre aquelas reduções, reduzimos em um milhão de reais por mês o valor da obrigação mensal do Município com a empresa que coleta o lixo. Existem outras alternativas? Existem, o fato é que a coleta da forma como está também ela tem funcionado. Curitiba tem um serviço que é eficiente com relação à coleta. Pode ser melhorado? Pode ser melhorado! Tem que se estudar as hipóteses. Podemos até, nesse debate da taxa de lixo, que o Presidente também mencionou, podemos tratar dessas novas melhorias. O que for para economizar, Vereador, da minha parte o Município já conhece e eu topo. Então, só a economia do ponto de vista razoável, vamos sim para frente, independente de qualquer coisa. Se deixei alguma pergunta não respondida, Presidente, peço que me encaminhem por escrito, encaminho a resposta, faço questão. Muito obrigado!- O SR. PRESIDENTE (Toninho da Farmácia):- Não havendo mais perguntas- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Nesse momento, em razão de ter se esgotado o tempo previsto, daremos por encerrada esta Audiência Pública. Agradecemos a presença do Secretário Vítor Puppi e de toda sua equipe nominada, agradecer ao público, sindicatos, representantes, imprensa e aos Vereadores que levaram esta Audiência Pública em tempo devido. Aos Vereadores que tiverem perguntas podem utilizar via regimento, pedidos de informações oficiais ou até mesmo questionamentos. Foi encerrada a Sessão às 12h45min.- Do que para constar eu, Patricia de Andrade, Redatora, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas. A qual será lida e assinada pelos Vereadores membros da Mesa.

*Quis...
Sérgio R. B. Balaguer
Tito Zeglin
Goura*